



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

GRUPO ECOVIX

RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Nº 500002198.2016.8.21.0023

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

45º Relatório Mensal de Atividades
Competência: dezembro/2021 a
fevereiro/2022

Apresentado em abril de 2022.





MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ÍNDICE

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES (RMA)



1. **INTRODUÇÃO**
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual

2. **RESUMO**
 1. Acompanhamento processual
 2. Fluxo de Caixa
 3. Quadro de Funcionários
 4. Atividades Operacionais Desenvolvidas
 5. Passivo Fiscal
 6. Principais Credores Extraconcursais
 7. Endividamento Concursal
 8. Prestação de contas
 9. Fotos

3. **DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**
 1. Fluxo de caixa

4. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 1. Proposta de pagamento Aprovada
 2. Cumprimento do Plano

5. **ADITIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
 1. Motivação para o aditivo ao PRJ
 2. Nova proposta de pagamento

6. **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**



O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas do GRUPO ECOVIX. Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial das empresas recuperandas. Atualmente, as Recuperandas vêm cumprindo suas obrigações processuais, **embora com eventuais atrasos**, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF).

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório vão anexas e estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Administração Judicial www.administradorjudicial.adv.br, e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas acerca da situação atual das empresas. O presente relatório reúne todos os dados dos **meses de dezembro/2021, janeiro e fevereiro/2022**, sendo que as demonstrações contábeis e os documentos complementares, foram enviadas, em sua integralidade, em **01/04/2022**. O retorno dos questionamentos enviados pela Administração Judicial em 18/04/2022, foram respondidos em 26/04/2022.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Desde o início do processo de recuperação judicial a empresa vem realizando uma série de retificações com o propósito de refletir a realidade em seus demonstrativos contábeis. A recuperanda afirmou que as demonstrações contábeis já refletem o patrimônio correto da Companhia e que as movimentações mensais decorrem de atualizações ou eventuais novos entendimentos da companhia sobre a matéria.



Cronograma Processual

Data	Evento	Lei 11.101/05
16/12/2016	Ajuizamento do Pedido de Recuperação	
19/12/2016	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º
20/01/2017	Publicação do deferimento no D.J.E	
14/02/2017	Publicação do 1º Edital	art. 52, § 1º e art. 7º, § 1º
09/03/2017	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º
17/02/2017	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo	art. 53
11/04/2017	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no DJE.	art. 53, § Único
16/05/2017	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base na Lei 11.101/05 e ocorrências datadas no curso do processo de recuperação judicial.

- Eventos ocorridos
- Não ocorrido

Data	Evento	Lei 11.101/05
30/05/2017	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	
28/06/2017	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
19/07/2017	Realização da 1ª AGC	
27/07/2017	Realização da 2ª AGC	
26/06/2018	Continuação da AGC – Aprovação do PRJ	
17/08/2018	Homologação do PRJ	
17/08/2020	Fim do prazo de Recuperação Judicial (se cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de 2 anos da concessão).	
15/02/2021	Prazo prorrogado por 180 dias (úteis), conforme previsto no PRJ (cláusula 10.4).	
29/05/2021	Apresentado o 1º Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. Aguarda-se deliberação em AGC, a ser designada (E 335).	
12/08/2021	Suspensa a exigibilidade do PRJ vigente, até deliberação do Aditivo em AGC. (E 471).	
	Pendente data para realização de AGC (Aguarda-se transação com a FUNCEF)	



Acompanhamento Processual

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

EVENTO 619 – Foi proferida decisão que:

- Determinou o levantamento das constringências efetivadas nos autos da execução nº 1004450-67.2017.8.26.0100, promovida pelo Banco da China Brasil S.A. contra Nova Engevix Participações S/A perante o MM. Juízo da 30ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo-SP.
- Determinou o levantamento da penhora de recebíveis das recuperandas nos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 1038223-74.2015.8.26.0100, movida pelo Banco Industrial e Comercial S/A em face do Grupo Ecovix, perante a 4ª Vara Cível Central de São Paulo-SP.
- Indeferiu a liberação dos R\$11.879.087,15 em prol das recuperandas, considerando a discussão travada com o Banco do Brasil S/A.
- Autorizou o aprazamento da Assembleia Geral de Credores até eventual composição do Grupo Ecovix junto à FUNCEF.
- Intimou o Grupo Ecovix sobre a estimativa de prazo e informações a respeito da evolução das tratativas junto a FUNCEF, para ciência dos credores, da AJ e do MP.

EVENTO 669 – A Administração Judicial manifestou ciência do despacho, e a saneou outros eventos pendentes, na linha do determinado pelo Juízo.

EVENTO 675 - A Administração Judicial concordou com a liberação R\$1.093.797,954 (um milhão, noventa e três mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos) a título do saldo remanescente da comissão de titularidade do Grupo Ecovix, por conta do intermédio da reexportação das sucatas – ajustado junto à Kadana, totalizando o montante de R\$ 2.192.345,08 previstos no edital, **o que ainda pende de liberação.**



Acompanhamento Processual

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

HISTÓRICO PROCESSUAL:

EVENTO 469 - No evento 469, o Leiloeiro anexou a Ata lavrada no Leilão ocorrido no dia 05/08/2021, para venda de aproximadamente 1.500 toneladas de sucatas de aço carbono oriundas de comportas obsoletas do dique seco, material já cortado e descaracterizado, e divididos em 4 lotes, cujo produto final do ato resultou no importe de R\$ 3.336.000,00 (três milhões trezentos e trinta e seis mil reais). O ato foi homologação pelo juízo no Evento 469, o que aguarda prestação de contas da empresa.

EVENTO 536 – Considerando o julgamento do AI nº 5039415-60.2021.8.21.7000, interposto perante a 6ª Câmara Cível do e. TJRS, que fixou a competência do Juízo da RJ para deliberar sobre a manutenção ou não das penhoras ordenadas no âmbito da execução de título extrajudicial nº 1004450-67.2017.8.26.0100, movida por Banco da China S/A contra a Nova Participações S/A perante o Juízo da 30ª Vara Cível de São Paulo, aguarda-se apreciação judicial sobre a ordem de levantamento da penhora averbada em 181 imóveis de propriedade da Nova Participações em razão de dívida contraída pelas recuperandas e sujeita ao concurso de credores.

EVENTO 552 – O Grupo Ecovix e a Funcef apresentaram petição conjunta, destacando aspectos relevantes sobre os termos do Aditivo ao PRJ, que implicarão na deliberação em AGC. Assim, conhecidos os entraves ocorridos no processo entre as partes, a Administração Judicial concordou por aguardar eventual composição, mediante estimativa de prazo e informações sobre a evolução das tratativas.

EVENTO 555 – Foi juntado o Edital de leilão, com realização de data designada para 03/11/2021. OBJETO: Equipamentos oriundos das plataformas FPSO. O peso total dos equipamentos a serem leiloados é de aproximadamente 1.036 toneladas que serão distribuídas em 7 lotes de equipamentos (lotes de 1 a 7). Haverá também um lote de sucata já cortada de equipamentos (lote 8) com o peso aproximado de 1,2 toneladas já cortada. PAGAMENTO: No prazo de 48h para, o Arrematante pagará o valor à vista ao Leiloeiro, que distribuirá os recursos em 80% (TUPI – proprietária dos bens) e 20% (ECOVIX – pela administração da venda), conforme previsão no edital.

EVENTO 587 – O Grupo Ecovix havia apresentado Apólice de Seguro, objetivando a liberação de R\$ 11.879.087,15 que está em discussão junto ao BB em grau recursal. No entanto, a garantia ofertada pelas empresas não foi aceita pelo banco, razão pela qual o valor seguirá depositado em juízo, até o trânsito em julgado determinado pelo juízo.

EVENTO 619 - Foi proferida decisão judicial no dia 13/12/2021, cujo prazo para análise da Administração Judicial data 14/02/2022. Assim, eventuais informações farão parte integrante do próximo RMA.

Frisa-se que o processo de recuperação judicial aguarda informações sobre possível transação entre o Grupo Ecovix e a Funcef.



Acompanhamento Processual

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

❖ ANÁLISE DA CLÁUSULA 9.2.1. PREVISTA NO PRJ E SEUS REFLEXOS:

Houve pedido urgente do Grupo Ecovix visando levantar penhoras realizadas na execução de nº 004450-67.2017.8.26.0100 com amparo na cláusula 9.2.1. do Plano de Recuperação Judicial, cuja redação suspende a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores.

A Administração Judicial lançou parecer favorável por adotar o posicionamento de que a competência para exercer o controle de legalidade sobre as cláusulas do PRJ e/ou deliberar sobre eventual constrição de patrimônio das empresas em recuperação judicial é absoluta do Juízo Recuperacional.

Salientou, ainda, que referida cláusula “9.2.1”, foi, também, objeto de exame pela Sexta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça ao julgar os Embargos de Declaração nºs 70081479099, 70081480048, e, 70081480345 – onde restou sancionada.

No evento 382, a Juíza lançou despacho declarando-se incompetente para apreciar o pedido de levantamento da penhora nos autos da execução de título extrajudicial nº 1004450-67.2017.8.26.0100, que tramita perante a 30ª Vara Cível da Comarca de São Paulo. A interpretação foi no sentido de que o ajuizamento não foi contra as recuperandas, mas sim contra a avalista da cédula de crédito bancário, bem como pelo fato de os imóveis penhorados não serem de propriedade das recuperandas.

No dia 10/03/2021, o Grupo Ecovix interpôs Agravo de Instrumento nº 50394156020218217000 contra a aludida decisão, que restou provido para destituir a decisão de piso. No evento 619, a Juíza reapreciou o postulado pelo Grupo Ecovix, e ordenou o levantamento das constrições efetivadas nos autos da execução nº 1004450-67.2017.8.26.0100, promovida pelo Banco da China Brasil S.A. contra Nova Engevix Participações S/A perante o MM. Juízo da 30ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo.

❖ INCIDENTES MOVIDOS POR CIMEC METALÚRGICA LTDA.

A linha do tempo referente à contenda da Cimec em face das recuperandas, consta nos relatórios anteriores.

No momento, após apuração da legitimidade da Cimec como credora do Grupo Ecovix, foi dada continuidade ao incidente de Impugnação nº 023/1.17.0004270-4. O incidente foi distribuído no Eproc/RS, sendo atuado sob nº 50002684520178210023. Aguarda-se realização de audiência de instrução para oitiva de testemunha arroladas pela Impugnante.



Acompanhamento Processual

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

❖ REEXPORTAÇÃO KADANA (material com cobertura cambial):

O procedimento de reexportação de materiais com cobertura cambial (37.172) foi uma constante de questionamentos no processo, até que atestada a legalidade do ato a fornecedor não originário pela Receita Federal, e autorizado pelo Juízo em maio/2020.

A operação foi concluída e a prestação de contas foi apresentado no evento 318 do processo. Após análise dos documentos, a AJ identificou que o prejuízo das recuperandas foi menor do que o previsto. Na oportunidade, se esclareceu a inexistência de proveito econômico com a operação, ponderando que o interesse real visava devolver os bens ao fornecedor originário, uma vez que resilidos os contratos para construção dos cascos FPSO.

Em cumprimento aos termos do Edital, o Grupo Ecovix auferiu o valor de R\$ 2.192.345,08, a título de comissão pelo intermédio da venda do material, sendo que o saldo remanescente de R\$ 1.093.797,95, ainda segue depositado em juízo, e aguarda expedição de alvará - E 674.

❖ EMBARQUE DAS SUCATAS FPO-71 (nova arrematante, Kadana):

Tenho em vista o cancelamento do 1º leilão e a desclassificação da antiga arrematante, Movilex, e considerando a necessidade de recursos das empresas em RJ, foi autorizada nova tentativa de leilão, que restou exitosa à empresa Kadana. Assim, tendo a nova arrematante quitado o valor da arrematação, as recuperandas aproveitaram a operação de embarques para disponibilizar as sucatas à Kadana. A situação foi devidamente narrada nos autos.

❖ PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÃO FPSO-72:

A Gerdau figurou como Arrematante de 18.309 toneladas da sucatas FPSO-72, tendo realizado o corte do material e, por isso, postulou fosse desobrigada ao pagamento de eventuais custos de corte, pelo que prestou contas a esta Administração Judicial, que totalizaram o valor de R\$ 5.192.249,31, resultado do valor de R\$ 283,59 por tonelada cortada multiplicado por 18.309 toneladas. Da análise feita por esta Administração Judicial, depreende-se que a única divergência constatada e que aparentemente não tem explicação, é em relação aos gastos com serviço de corte EMS.

Portanto, esta Administração Judicial solicita a conciliação de adiantamentos e notas fiscais de parte da empresa EMS, podendo tratar somente de antecipações realizadas, ainda sem o devido comprovante fiscal, o que ainda pende de retorno da Gerdau. No entanto, salienta-se que, embora verificada a diferença na prestação de contas, o valor desembolsado é superior, não prejudicando o valor que foi liberado para a Ecovix.



Acompanhamento Processual

INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

❖ RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

- Os **Als** nºs 70079459558 (CEF), 70081479099 (Tupi B.V) e 70079071023 (China Construction Bank), foram providos para declarar a ineficácia da cláusula 9.2.1 do Plano de Recuperação Judicial. **Houve ED's** de nºs 70081480048 (CEF), 70081479099 (TUPI), e 70081480345 (CCB), que restaram acolhidos com atribuição de efeitos infringentes para reconhecer a legalidade da cláusula 9.2.1 mediante decisão colegiada fundamentada. **Houve REsp.** nº 70084458835 (TUPI) e nº 70084442987 (CEF), com seguimento negado. **Houve AREsp. nº 70084718733, pendente de julgamento.**
- Banco do Brasil S/A interpôs AI nº 70079944484, visando a nulidade *das cláusulas 9.2.1; 8.1; 8.1.4.7 (8.1.3.7); 4.1; 4.2 e 2.1.4.* do PRJ, dentre outras questões. Foi julgado improvido em 27/08/2020, objeto de ED's nº 70084500040, que foram desacolhidos. Houve REsp. nº 70084768829, distribuído em 07/12/2020, **inadmitido.**
- Banco da China interpôs AI nº 70079123980, onde contestou a forma de apresentação do PRJ e apontou a ilegalidade de cláusula prevista no documento. Improvido o Agravo foi atacado por ED's nº 70081482689, que restaram desacolhidos, levando a discussão por meio de Recurso Especial nº 70084318773, que restou inadmitido em 09/09/2020. Houve Agravo em Recurso Especial nº 70084631290, autuado no STJ sob nº 1.821.625m restou **não conhecido.**
- Movilex Recycling Latam S/A opôs Embargos de Declaração nº 70084415348 contra a decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 70084211135, que desacolhidos, foram atacados pela via de REsp. e Rex. nº 70084564251. **Inadmitido Res. e negado seguimento ao Rex. – em 03/02/21.**
- A União Fazenda Nacional interpôs AI nº 506119590.2020.8.21.7000, para discutir a decisão que concedeu a recuperação judicial às recuperandas independentemente da apresentação de certidão de regularidade fiscal. Indeferida a tutela recursal pleiteada. **Interposto AI, negado, seguido de Eds, desacolhidos.**
- Brasil Plural interpôs REsp. nº 70082140534 (**inadmitido**), AREsp. nº 70883120246/nº 1630799/RS (**não conhecido**) com certidão de trânsito em julgado aos 02/10/2020. **TEMA:** contra o plano de recuperação judicial sob vários aspectos, em especial, a constituição da UPI-1.
- FUNCEF interpôs o AI nº 70080002868 para cassar a decisão que concedeu a recuperação judicial ao Grupo Ecovix e homologou o PRJ em consolidação substancial. **Houve provimento parcial do recurso, que manteve o PRJ homologado, porém, desconstituiu parte da decisão, para que a Juíza de Piso reexamine o mérito que trata sobre vício de representação das Empresas RG Estaleiros, evitando a supressão de instância. Os ofícios foram expedidos em 27/11/2020. Aguarda-se resolução no 1º grau, o que se presume prejudicado, em razão do aditamento ao PRJ, pendente de deliberação em AGC.**
- FUNCEF interpôs o AI nº 70077309060 com o propósito de reformar a decisão que teria avocado a competência para processar a ação cautelar pré-arbitral movida perante a 25ª Vara Cível Federal da Subseção Judiciária de São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo, autuada sob proc. nº 5004036- 81.2018.4.03.6100, utilizando como argumento a suposta universalidade do juízo da recuperação judicial.
- O Grupo Ecovix interpôs o AI nº 70080647936 contra a decisão que admitiu a FUNCEF como ASSISTENTE LITISCONSORCIAL no âmbito do processo de recuperação judicial. **Embora rejeitada a preliminar, o recurso foi provido no mérito, para fins de afastar a Assistência Litisconsorcial no âmbito do processo de reestruturação, sob fundamento de que o juízo de piso teria sido induzido em erro sobre outras circunstâncias. Aguarda-se resolução no 1º grau.**

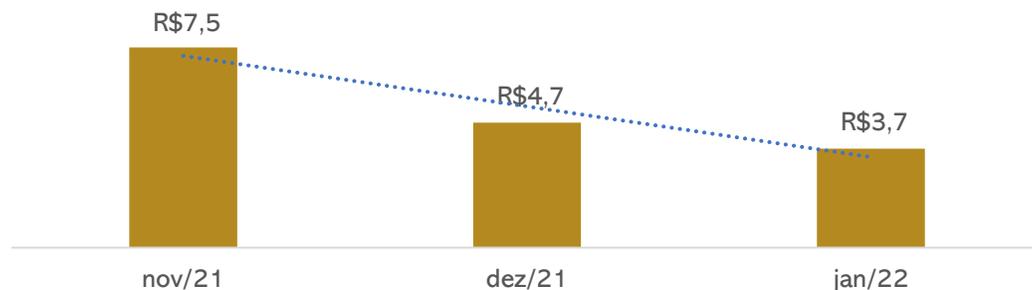


GRUPO ECOVIX

Atualmente a recuperanda realiza operações na área naval, além de trabalhos de manutenção no estaleiro, atividades de Top Off (carregamento de madeira, gado, celulose, fertilizantes e cavaco) e locações de espaço e equipamentos.

Fluxo de Caixa

Em fevereiro o ingresso de recursos no mês foi de **R\$2,6 milhões** e, em março, as entradas somaram **R\$2,6 milhões** vinculados especialmente aos serviços de Top Off e de reparo do navio Siem Helix . As principais saídas estão relacionadas à manutenção da atividade. Ao fim de março o saldo disponível em caixa era de R\$1,4 milhões.



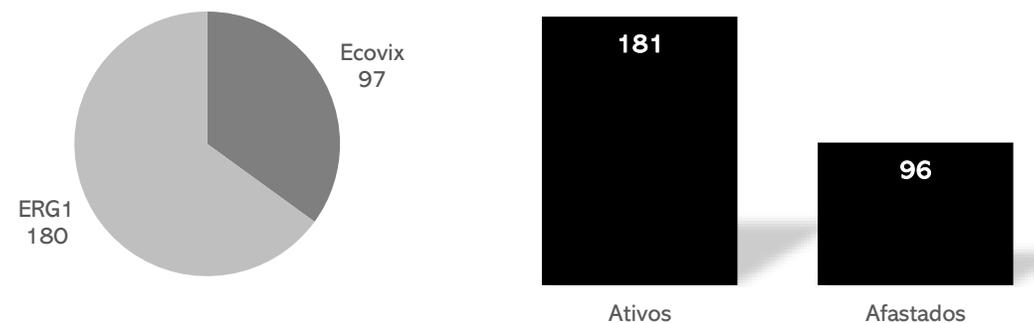
Principais Credores Extraconcursais

As Recuperandas encaminharam a relação de créditos extraconcursais, conforme segue abaixo. Destaca-se que as negociações com estes credores seguem em andamento.

CREADOR	VALOR
BANCO BRADESCO	USD 58.601.057,64
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 35.065.065,85
BANCO DO BRASIL	R\$ 92.642.441,26
TOTAL EM R\$	R\$ 127.707.507,11
TOTAL EM USD	USD 58.601.057,64

Quadro de colaboradores

Em fevereiro/2022, o Grupo Ecovix possuía **277 colaboradores** distribuídos nas recuperandas conforme gráfico que segue. Não há pendências com rescisões e/ou obrigações trabalhistas, exceto as que estão sendo adimplidas na forma do plano aprovado.



Atividades Operacionais Desenvolvidas

Em fevereiro as atividades realizadas foram a conclusão dos reparos do navio Siem Helix I, o início do reparo no navio Siem Helix II e 75 serviços de Top Off. Os serviços de Top off se referem ao carregamento de cargas de toras de madeira, gado, cavaco, fertilizantes e celulose.



GRUPO ECOVIX

Passivo Fiscal

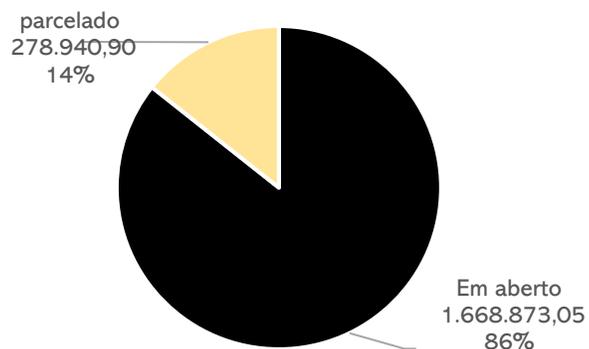
O Passivo Tributário do Grupo Ecovix, até fevereiro de 2022, soma **R\$230.910.749,32**, incluindo-se as contingências tributárias, que representam o maior percentual (R\$228.962.935,37). A Ecovix possui a maior dívida fiscal do Grupo, seguida da ERG2, como pode-se vislumbrar abaixo.

Passivo tributário por empresa (R\$)



Embora com resultado pouco expressivo, a Companhia permanece recolhendo os impostos gerados de sua atividade. Do passivo tributário não contingente, cerca de 14% está parcelado, e o restante em aberto.

Passivo tributário Ecovix



TRIBUTOS EM ABERTO POR EMPRESA

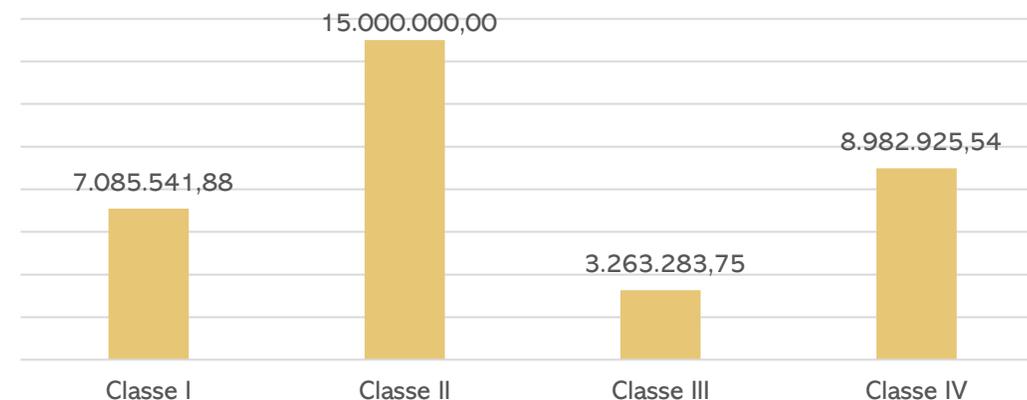
Ecovix	311.007,25
RGE	144.180,70
ERG1	1.126.614,62
ERG2	30.364,42
ERG3	-
Defesa	56.706,06
TOTAL	1.668.873,05

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Até a finalização deste relatório, o passivo concursal atualizado a pagar da Recuperanda somava **R\$8.243.647.756,78**. Do montante total, cerca de 0,42% foi pago e 99,58% está a vencer, sendo que não existem valores em atraso. O resumo do cumprimento pode ser visualizado na [página 18](#) e a prestação de contas detalhada está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br. Ressalta-se que a recuperanda apresentou Plano Modificativo em 29/05, cujas especificidades podem ser vislumbradas na [página 19](#).

Destaca-se que, diante da apresentação do Aditivo ao PRJ, o juízo concedeu a suspensão da exigibilidade das obrigações do Plano Original junto as classes III e IV até a efetiva deliberação e homologação do Aditivo, contudo a Recuperanda segue realizando pagamentos esporádicos.

Valor pago por classe





GRUPO ECOVIX

Prestação de contas leilões

Em 05/08/2021 ocorreu o leilão de sucatas de aço carbono oriundas de comportas obsoletas do dique seco. O ingresso do montante em caixa ocorreu em agosto, novembro e dezembro/2021 totalizando R\$3.837.750,00. Em 03/11/2021 foi designado leilão de 1.036 toneladas de equipamentos oriundos das plataformas de FPSO e 1.200 toneladas de sucatas já cortadas, sendo que do montante arrematado, 80% foi direcionado a Tupi BV, proprietária dos bens, e 20% a Ecovix. O ingresso no caixa da Recuperanda ocorreu em 03/12/2022, no valor de R\$307.100,00.

Abaixo segue relacionado a prestação de contas encaminhada pela Recuperanda até março/2022:

SITUAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS			
Data	Tipo	Objeto de prestação de contas	Aguarda prestação de contas
ago/21	Leilão de sucatas e aço carbono	0,00	3.837.750,00
dez/21	Leilão de equipamentos e sucatas	0,00	307.080,00
nov/21	Despesa com refeição dos empregados ERG 1	36.803,04	4.108.026,96
nov/21	Despesa com transporte dos empregados	55.127,84	4.052.899,12
nov/21	Serviço de locação de banheiros químicos	29.565,00	4.023.334,12
nov/21	Folha de pagamento e encargos	585.599,72	3.437.734,40
nov/21	Plano de saúde e odontológico	72.430,52	3.365.303,88
nov/21	Vale alimentação	67.500,00	3.297.803,88
dez/21	Despesa com refeição dos empregados ERG 1	63.951,12	3.233.852,76
dez/21	Despesa com transporte dos empregados	105.682,58	3.128.170,18
dez/21	Folha de pagamento e encargos	952.027,70	2.176.142,48
dez/21	Plano de saúde e odontológico	68.396,30	2.107.746,18
dez/21	Vale alimentação	68.000,00	2.039.746,18
jan/22	Despesa com refeição dos empregados ERG 1	89.541,36	1.950.204,82
jan/22	Folha de pagamento e encargos	280.132,38	1.670.072,44
jan/22	Vale alimentação	67.509,93	1.602.562,51
fev/22	Despesa com refeição dos empregados ERG 1	42.310,32	1.560.252,19
fev/22	Despesa com transporte dos empregados	63.623,74	1.496.628,45
fev/22	Folha de pagamento e encargos	359.140,48	1.137.487,97
fev/22	Plano de saúde e odontológico	108.269,85	1.029.218,12
fev/22	Vale alimentação	73.500,00	955.718,12
mar/22	Despesa com refeição dos empregados ERG 1	149.401,43	806.316,69
mar/22	Despesa com transporte dos empregados	141.979,84	664.336,85
mar/22	Folha de pagamento e encargos	448.929,44	215.407,41
mar/22	Plano de saúde e odontológico	125.427,41	89.980,00
mar/22	Vale alimentação	90.000,00	-20,00
12	TOTAL	3.189.111,88	0,00

Reunião

Em 20/04/2022 as Recuperandas reuniram-se com o Administrador Judicial afim de relatar as operações do ano de 2021 e as perspectivas para o ano de 2022.

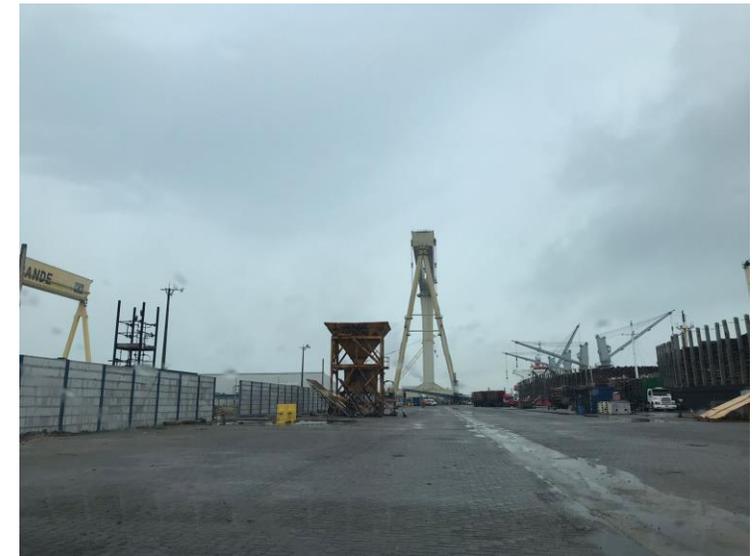
Na oportunidade a Ecovix destacou que estão com boas perspectivas para este ano, visando o aumento da sua operação através da diversificação de produtos e consequentemente o aumento dos funcionários, que podem chegar a 3.000 colaboradores.

Abaixo segue QR Code para acesso ao podcast realizado junto ao Diretor Robson Passos e a Advogada Ana Catharina, com as informações sobre o ano de 2021 e perspectivas para o ano de 2022:





FOTOS





FOTOS





Balanço Patrimonial - Ecovix

BALANÇO (em milhares de reais)		nov/21	dez/21	jan/22	fev/22
ATIVO	ATIVO CIRCULANTE	104.037	105.769	102.325	104.745
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.184	863	1.536	3.076
	CONTAS A RECEBER	16.453	18.600	16.260	16.233
	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	3.434	3.311	3.239	3.019
	TRIBUTOS A COMPENSAR	81.581	81.717	81.168	81.117
	OUTROS ATIVOS	1.385	1.278	122	1.300
	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.598.460	1.163.678	1.162.623	1.142.050
	APLICAÇÕES	16	16	16	16
	EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	82.622	80.104	78.399	76.295
	ATIVO FISCAL DIFERIDO	48.330	48.330	48.330	48.330
	DEPÓSITOS JUDICIAS	29.754	29.754	29.754	11.879
	INVESTIMENTOS	396.237	-	-	-
	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS	2.116	2.116	2.116	2.116
	IMOBILIZADO	1.039.189	1.003.091	1.003.741	1.003.147
	INTANGÍVEL	196	267	267	267
ATIVO TOTAL	1.702.497	1.269.447	1.264.948	1.246.795	

Fonte: Demonstrações Contábeis apresentadas pela Companhia

Contas a receber: em dezembro a rubrica denotou aumento de 13% e queda da mesma monta em janeiro devido, em grande parte, ao cliente Sanfreire Comercial Ltda. O aging list demonstra que os principais clientes são Norton Jochims Fernandes de R\$5.472.340,00, Kadana International de R\$4.009.042,56, e Dock Brasil Engenharia de R\$3.414.600,00. Ainda, foi verificado que há valores em aberto desde 2013 e, segundo a Recuperanda, as cobranças têm sido reiteradas através de e-mails ou telefone.

Adiantamento a fornecedores: O relatório financeiro ratifica o saldo das demonstrações contábeis. Salienta-se que o maior valor se refere ao aporte realizado à Anxo Capital S/A (R\$800 mil) cujo contrato trata de carta fiança para garantir as operações do estaleiro, visto que há previsão de serviços de docagem nos próximos meses, que possuem risco devido ao valor investido na execução.

Tributos a compensar: O saldo refere-se, em maior grau, à PIS e COFINS de exportação referente ao pedido de restituição dos períodos de 2013 a 2015, e créditos apurados de 2016 a 2021 sobre depreciação dos ativos imobilizados da companhia, que estão sendo utilizados para compensação de tributos.

Outros ativos: compreende aditamentos de viagens, depósitos judiciais, bloqueios judiciais e seguros a apropriar, sendo que as variações estão relacionadas a apropriação dos seguros além dos depósitos judiciais.

Empréstimos com partes relacionadas: Nos três períodos analisados os valores resgatados junto a Engevix Defesa foram superiores as transferências, resultando na retração do saldo. Destacamos que as transferências são realizadas para evitar bloqueios judiciais, retornando os valores para incremento de caixa. Ao final de fevereiro o saldo com a Engevix Defesa era de R\$50 milhões, além disso, há R\$14 milhões da Nova Participações e R\$13 milhões da Nova Engevix Engenharia referente a empréstimos realizados em 2014.

Ativo fiscal diferido: Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL sobre a base de prejuízo fiscal ECF 2019.

Depósitos Judiciais: Expôs retração de R\$17 milhões em fevereiro em decorrência da análise do setor jurídico sobre o risco provável de perda dos depósitos em dois processos, sendo R\$11,8 milhões da Locar Guindastes e R\$5,9 milhões da Kadana.

Investimentos: O “FIP RG Estaleiros” é acionista com 100% do RGE Estaleiros, sendo que a FUNCEF possui 25% do FIP RG Estaleiros e a empresa Ecovix, 75%. Portanto, o valor refletido no grupo de Investimentos da empresa Ecovix corresponde a 75% do PL do FIP RG Estaleiros na data de março/2021, que é o último demonstrativo divulgado na CVM. A variação de dezembro esta relacionada ao reconhecimento da provisão para perda do valor do investimento.

Imobilizado: as movimentações estão relacionadas, basicamente, a construção da área alfandegária. Conforme informações, a obra esta 90% concluída, restando alguns detalhes e acabamentos na estrutura, com previsão de término na primeira quinzena de maio.

3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



Balanço Patrimonial - Ecovix

BALANÇO (em milhares de reais)		nov/21	dez/21	jan/22	fev/22
PASSIVO	PASSIVO CIRCULANTE	44.375	47.008	47.537	50.359
	FORNECEDORES	3.799	6.008	6.627	7.052
	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.581	903	1.038	1.237
	OBRIGAÇÕES FISCAIS	487	1.294	1.074	1.612
	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	38.229	38.524	38.519	40.178
	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	279	279	279	279
	OUTROS PASSIVOS	-	-	-	1
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.733.847	7.785.318	7.783.148	7.779.895
	RECEITAS DIFERIDAS	70.184	68.290	66.395	64.501
	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	33.323	33.323	33.323	33.323
	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA	245.069	308.803	308.803	308.803
	OUTROS CREDORES DIVERSOS (PRJ)	7.382.215	7.372.037	7.371.765	7.370.420
	OUTROS PASSIVOS	523	522	523	523
	PARCELAMENTO TRIBUTOS LP	2.533	2.343	2.339	2.325
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(6.075.725)	(6.562.879)	(6.565.739)	(6.583.460)
	CAPITAL SOCIAL	20.000	20.000	20.000	20.000
	RESERVA LEGAIS	63.029	63.029	63.029	63.029
	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(6.130.209)	(6.599.655)	(6.645.382)	(6.657.267)
	RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRENTE	(36.466)	(45.726)	(2.859)	(8.695)
	PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	7.921	(527)	(527)	(527)
PASSIVO + PL	1.702.497	1.269.447	1.264.946	1.246.794	

Fonte: Demonstrações Contábeis apresentadas pela Companhia

Fornecedores: expôs constante aumento nos períodos analisados, sendo mais acentuado em dezembro, quando cresceu 58%. A Recuperanda explicou que neste período antecipou as compras devido ao recesso. O relatório financeiro de fevereiro apresenta saldo divergente do valor contabilizado, divergência esta que será esclarecida no próximo relatório.

Obrigações trabalhistas: a empresa mantém regular os vencimentos trabalhistas, sendo que as variações da conta limitam-se a provisões e ao volume de empregados ou rescisões que ocorrem, mas que são prontamente liquidadas em seus vencimentos.

Obrigações fiscais: a Ecovix esta realizando o pagamento parcial dos tributos. Em relação ao parcelamento dos impostos em aberto a mesma informou que aguarda a entrada de recursos para estudar a adesão de parcelamentos.

Adiantamento de clientes: o relatório financeiro reflete uma diferença de R\$363 mil em relação ao contabilizado e, em fevereiro, a rubrica aumentou R\$1,6 milhões em decorrência dos adiantamentos recebidos do cliente Dock Brasil devido aos reparos de navios.

Receitas diferidas: refere-se, integralmente, ao aluguel do pátio 2.000t em 10 anos, conforme vida útil do bem (máquina e equipamento – 2014 a 2024) e retrai mensalmente R\$1,8 milhões. De acordo com a Ecovix, é devido ao reconhecimento da recuperação de despesas do pátio utilizado para Petrobras.

Provisão para contingência: o montante compreende, unicamente, as contingências tributárias que foram contabilizadas após serem consideradas como perda provável. Do saldo, R\$22,7 milhões é oriundo da RG Estaleiros, R\$2,2 milhões da ERG 1, R\$90,4 milhões da ERG 2 e R\$193 milhões da Controladora.

Outros Credores Diversos (PRJ): vislumbra-se queda constante devido ao pagamento dos créditos relacionados no processo de recuperação judicial.

3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



Demonstrativo de Resultado – Ecovix

DRE (Em milhares de reais)		nov/21	dez/21	2021	jan/22	fev/22	2022
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	926	2.410	9.723	1.674	2.026	3.700
	SERVIÇOS CANCELADOS	-	334	-	(130)	(260)	(390)
	IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE RECEITA	(52)	663	-	(66)	(86)	(152)
	CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(768)	(522)	(5.438)	(508)	(593)	(1.101)
	LUCRO BRUTO	106	2.885	4.285	970	1.087	2.057
	DESPESAS	(8.224)	(14.241)	(112.132)	(3.953)	(6.203)	(10.156)
	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.482)	(10.940)	(47.083)	(5.765)	(9.055)	(14.820)
	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(7.627)	(7.469)	(91.957)	-	-	-
	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.885	4.168	26.908	1.812	2.852	4.664
	PREJUÍZO OU LUCRO OPERACIONAL	(8.118)	(11.356)	(107.847)	(2.983)	(5.116)	(8.099)
RECEITAS FINANCEIRAS	-	(257)	673	1	5	6	
DESPESAS FINANCEIRAS	(68)	(42)	(1.136)	(11)	(10)	(21)	
VARIAÇÃO CAMBIAL	1	(1)	-	(3)	(3)	(6)	
RESULTADO FINANCEIRO	(67)	(300)	(463)	(13)	(8)	(21)	
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	406	(502)	4.581	11	36	47	
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(7.779)	(12.158)	(103.729)	(2.985)	(5.088)	(8.073)	
IR E CSLL CORRENTES	-	(114)	(114)	-	-	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(7.779)	(12.272)	(103.843)	(2.985)	(5.088)	(8.073)	
MINORITÁRIO	1.250	753	14.529	31	(186)	(155)	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(6.529)	(11.519)	(89.314)	(2.954)	(5.274)	(8.228)	

Fonte: Demonstrações Contábeis apresentadas pela Companhia

As receitas advêm dos serviços de Top off e do reparo do navio Siem Helix 2.

Os custos equivalem, em média, 27% da receita líquida e compreendem, especialmente, mão de obra, depreciações, materiais, serviços de terceiros, locação de máquinas e manutenções.

As despesas administrativas, envolvem gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios), despesas tributárias, manutenção, serviços de consultoria e assessoria, entre outros. Destaca-se que em dezembro ocorreu um aumento de 341% e de 57% em fevereiro. A recuperanda limitou-se a informar que as variações são decorrentes do período de férias coletivas do Estaleiro e de diversos fornecedores.

As outras receitas e despesas operacionais englobam, basicamente, o reconhecimento da recuperação de despesas do pátio utilizado para Petrobrás e venda de sucatas e resíduos.

O resultado financeiro foi negativo em todos os períodos analisados decorrente, especialmente, dos juros a multa sobre fornecedores pagos em atraso e das tarifas bancárias. Ainda, em dezembro a receita financeira foi negativa em razão da apropriação da despesa de Cofins de períodos anteriores,

As receitas da Recuperanda não fizeram frente aos custos e despesas da operação, assim, em todos os períodos analisados a Ecovix apresenta prejuízos. Em 2021 o resultado acumulado foi negativo em R\$89,3 milhões, enquanto em 2022 soma R\$8,2 milhões.

*O "FIP RG Estaleiros" é acionista com 100% do RGE Estaleiros, sendo que a FUNCEF possui 25% do FIP RG Estaleiros e a empresa Ecovix, 75%. Portanto, a remuneração mensal decorre da atualização do saldo na conta de investimentos.

3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado – Engevix Defesa

BALANÇO (EM MILHARES DE REAIS)		nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	
ATIVO	ATIVO CIRCULANTE	6.620	4.158	2.498	449	
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.527	4.045	2.375	295	
	TRIBUTOS A COMPENSAR	93	113	123	139	
	OUTROS ATIVOS	-	-	-	15	
	ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.157	47.157	47.157	47.157	
	EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	1.993	1.993	1.993	1.993	
	DEPÓSITOS JUDICIAS	45.164	45.164	45.164	45.164	
	ATIVO TOTAL	53.777	51.315	49.655	47.606	
	BALANÇO (EM MILHARES DE REAIS)		nov/21	dez/21	jan/22	fev/22
	PASSIVO	PASSIVO CIRCULANTE	80.920	388	390	394
FORNECEDORES		308	337	337	337	
OBRIGAÇÕES FISCAIS		20	51	53	57	
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		80.592	-	-	-	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		63.003	60.053	58.348	56.228	
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS		57.651	55.133	53.428	51.324	
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA		5.306	4.874	4.874	4.874	
PARCELAMENTOS TRIBUTOS LP		46	46	46	30	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(90.146)	(9.126)	(9.084)	(9.017)	
CAPITAL		2.000	2.000	2.000	2.000	
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(92.031)	(11.439)	(11.127)	(11.127)		
RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRENTE	(115)	313	43	110		
PASSIVO + PL	53.777	51.315	49.654	47.605		

DRE (em milhares de reais)		nov/21	dez/21	2021	jan/22	fev/22	2022
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	LUCRO BRUTO	-	-	-	-	-	-
	DESPEAS	(30)	431	(76)	-	-	-
	DESPEAS ADMINISTRATIVAS	(30)	431	(76)	-	-	-
	PREJUÍZO OPERACIONAL	(30)	431	(76)	-	-	-
	RECEITAS FINANCEIRAS	42	48	461	43	68	111
	DESPEAS FINANCEIRAS	-	(3)	(24)	-	(1)	(1)
	RESULTADO FINANCEIRO	42	45	437	43	67	110
	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-
	PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS	12	476	361	43	67	110
	IR E CSLL CORRENTES	-	(48)	(48)	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12	428	313	43	67	110	

Demonstrações Contábeis - Engevix Defesa

A Recuperanda não possui movimentações patrimoniais relevantes, visto que praticamente todas as operações estão sendo realizadas, exclusivamente, nos ERG1, RGE e Ecovix, empresas que possuem os funcionários e as operações do Grupo.

Entre dezembro/2021 e fevereiro/2022 as principais movimentações são em razão das transferências para a Ecovix Construções Oceânicas utilizado para suprimento de caixa. Além disso, em dezembro houve a baixa dos adiantamentos de clientes (R\$80 mil). A Companhia explicou que no relatório de 2015 da auditoria este adiantamento havia sido apropriado no resultado, porém após este período houve a mudança de bases de ERP e o lançamento foi estornado de forma incorreta, logo em dezembro/2022 foi ajustado.



Fluxo de Caixa Gerencial Consolidado

FLUXO CAIXA - ECOVIX	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22
TOTAL ENTRADAS	3.176.053	2.003.745	2.694.346	3.838.915
VENDA SUCATA/MATERIAIS/EQUIP	44.260	-	-	-
RECEITAS DIVERSAS	3.095.778	1.961.953	2.660.532	3.778.575
RENDIMENTO APLICAÇÃO	21.980	41.792	33.232	12.505
DEVOLUÇÃO PAGTOS	14.035	-	582	47.835
TOTAL PAGAMENTOS	(5.013.195)	(2.545.171)	(2.642.323)	(4.783.184)
MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO, REPAROS	(699.792)	(584.738)	(496.220)	(454.012)
ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS GERAIS	(952.953)	(285.060)	(244.693)	(913.478)
ADMINISTRADOR JUDICIAL (AJ)	(326.598)	(91.973)	-	(91.973)
APOIO A GESTÃO DO ESTALEIRO	(92.779)	(43.718)	(127.655)	(109.217)
CONSULTORIA JURIDICA	(194.992)	(97.988)	(120.632)	(168.249)
PROCESSOS JUDICIAIS E OUTRAS DESPESAS	(45.753)	(9.975)	(14.391)	(53.370)
IMPOSTOS, LICENÇAS, EXIGÊNCIAS LEGAIS	(270.932)	(32.702)	(48.390)	(431.515)
DESPESAS RELACIONADAS A NOVOS NEGÓCIOS	(9.385)	(9.385)	-	(28.667)
SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	(2.046.269)	(983.547)	(1.225.071)	(1.712.670)
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA	(67.221)	(51.017)	(9.614)	(17.373)
INSUMOS SERVICOS CORTE	(306.521)	(355.068)	(355.657)	(802.660)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.837.142)	(541.426)	52.024	(944.269)
OBRIGAÇÃO PLANO RECUPERAÇÃO JUDICIAL	(959.109)	(414.499)	(608.557)	(662.343)
CRÉDITO TRABALHISTA	(900.860)	(384.499)	(578.557)	(575.791)
CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO	(28.249)	-	-	-
CRÉDITO ME's/EPP's	-	-	-	(56.552)
CRÉDITO EXTRACONCURSAL	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.292)	(24.881)	(16.339)	(6.175)
TARIFAS BANCÁRIAS	(1.109)	(1.630)	(919)	(1.149)
IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	(100)	(23.251)	(15.421)	(1.791)
IOF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	(83)	-	-	(3.235)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(960.401)	(439.380)	(624.896)	(668.518)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA	(2.797.543)	(980.806)	(572.873)	(1.612.787)
SALDO CAIXA INICIAL	7.450.544	4.640.174	3.659.368	3.086.495
SALDO CAIXA DO DIA	(2.797.543)	(980.806)	(572.873)	(1.612.784)
SALDO CAIXA FINAL (BANCO)	4.653.001	3.659.368	3.086.495	1.473.711

ENTRADAS (INGRESSO DE RECURSOS FINANCEIROS NA COMPANHIA)

Em fevereiro as entradas somaram R\$2,6 milhões, destacando-se os serviços de Top Off (R\$910.658,68), locação de cais (R\$37.681,27) e os serviços de reparo do navio Siem Helix I (R\$1.661.669,35). Já em março somaram R\$2,6 milhões, sendo R\$869.087,13 relativo ao Top Off e R\$2.907.734,49 referente ao reparo do navio Siem Helix II.

SAÍDAS (DESPESAS)

Manutenção, Preservação, Reparos: As manutenções realizadas no estaleiro envolvem, de modo geral, serviços periódicos de recarga de extintores, barimetria, dragagem, engenharia ambiental, manutenção de máquinas e equipamentos diversos, além disso, as variações da rubrica são decorrentes da construção da área alfandegária que será destinada para a operação portuária.

Administração e Despesas Gerais: Envolvem serviços de T.I., vigilância patrimonial, reembolso de viagem, água, energia elétrica, e limpeza, locação de veículos e outras despesas diversas. Em março a rubrica aumentou R\$668 mil devido, especialmente, ao pagamento de água e energia elétrica que não haviam sido pagas em janeiro e fevereiro e aquisição de licenças para a utilização do sistema de ERP e do sistema das câmeras de vigilância.

Apoio a gestão do estaleiro: referem-se aos pagamentos dos fornecedores Mynarski para inventário de ativos e Davi e Correa Auditores Independentes.

Consultoria Jurídica: Os desencaixes com consultoria jurídica foram de R\$120 mil e R\$168 mil, respectivamente e são direcionados a escritórios que prestam assistência em processos relacionados à recuperação judicial.

Impostos, licenças, exigências legais: refere-se ao pagamento de impostos e taxas comuns à operação. De acordo com a empresa o aumento é devido ao pagamento das obrigações, que restaram inadimplidas em janeiro.



Fluxo de Caixa Gerencial Consolidado

FLUXO CAIXA - ECOVIX		dez/21	jan/22	fev/22	mar/22
TOTAL ENTRADAS		3.176.053	2.003.745	2.694.346	3.838.915
	VENDA SUCATA/MATERIAIS/EQUIP	44.260	-	-	-
	RECEITAS DIVERSAS	3.095.778	1.961.953	2.660.532	3.778.575
	RENDIMENTO APLICAÇÃO	21.980	41.792	33.232	12.505
	DEVOLUÇÃO PAGTOS	14.035	-	582	47.835
TOTAL PAGAMENTOS		(5.013.195)	(2.545.171)	(2.642.323)	(4.783.184)
	MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO, REPAROS	(699.792)	(584.738)	(496.220)	(454.012)
	ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS GERAIS	(952.953)	(285.060)	(244.693)	(913.478)
	ADMINISTRADOR JUDICIAL (AJ)	(326.598)	(91.973)	-	(91.973)
	APOIO A GESTÃO DO ESTALEIRO	(92.779)	(43.718)	(127.655)	(109.217)
	CONSULTORIA JURIDICA	(194.992)	(97.988)	(120.632)	(168.249)
	PROCESSOS JUDICIAIS E OUTRAS DESPESAS	(45.753)	(9.975)	(14.391)	(53.370)
	IMPOSTOS, LICENÇAS, EXIGÊNCIAS LEGAIS	(270.932)	(32.702)	(48.390)	(431.515)
	DESPESAS RELACIONADAS A NOVOS NEGÓCIOS	(9.385)	(9.385)	-	(28.667)
	SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	(2.046.269)	(983.547)	(1.225.071)	(1.712.670)
	MOVIMENTAÇÃO DE CARGA	(67.221)	(51.017)	(9.614)	(17.373)
	INSUMOS SERVICOS CORTE	(306.521)	(355.068)	(355.657)	(802.660)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.837.142)	(541.426)	52.024	(944.269)
OBRIGAÇÃO PLANO RECUPERAÇÃO JUDICIAL		(959.109)	(414.499)	(608.557)	(662.343)
	CRÉDITO TRABALHISTA	(900.860)	(384.499)	(578.557)	(575.791)
	CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO	(28.249)	-	-	-
	CRÉDITO ME's/EPP's	-	-	-	(56.552)
	CRÉDITO EXTRACONCURSAL	(30.000)	(30.000)	(30.000)	(30.000)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.292)	(24.881)	(16.339)	(6.175)
	TARIFAS BANCÁRIAS	(1.109)	(1.630)	(919)	(1.149)
	IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	(100)	(23.251)	(15.421)	(1.791)
	IOF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	(83)	-	-	(3.235)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(960.401)	(439.380)	(624.896)	(668.518)
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA		(2.797.543)	(980.806)	(572.873)	(1.612.787)
	SALDO CAIXA INICIAL	7.450.544	4.640.174	3.659.368	3.086.495
	SALDO CAIXA DO DIA	(2.797.543)	(980.806)	(572.873)	(1.612.784)
SALDO CAIXA FINAL (BANCO)		4.653.001	3.659.368	3.086.495	1.473.711

SAÍDAS (DESPESAS)

Salários, Encargos e Benefícios: demonstrou aumento nos desembolsos devido a contratação de 50 colaboradores para a execução dos serviços de reparo do Navio Siem Helix 2, que também refletiu nas horas extras, gastos com transportes e plano de saúde.

Insumos, Serviços de Corte: refere-se as despesas com serviços de reparo, como por exemplo, locação de equipamentos, contratação de empresas para docagem, firma de mergulho e coleta e tratamento de resíduos retirados do navio.

Obrigação Plano de Recuperação Judicial: A Companhia direcionou R\$1,1 milhão para o pagamento de créditos concursais em fevereiro e março, e R\$60 mil para pagamento a Advocacia Rocha Baptista – ME, crédito extraconcursal (honorários referente Termo de Entendimentos entre a empresa IMG - INGENIEURTECHNIK UND MASCHINENBAU GMBH e Ecovix), cujo valor negociado, mediante contrato, foi entrada de R\$ 150 mil e 10 parcelas de R\$ 30 mil, a partir de julho/2021.

4. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Proposta de Pagamento do Plano Original Aprovado

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	CARÊNCIA	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Até 5 salários mínimos	-	ago/18	set/18	-	-	-	i) Valores pagos pelo adquirente da UPI-1; ii) Fluxo de caixa financeiro do Grupo Ecovix; iii) Valores depositados das demandas trabalhistas ajuizadas em face do Grupo Ecovix	Todos os credores receberão pagamentos dos créditos limitados a 5 salários mínimos.
	De 5 a 150 salários mínimos	-	dez/18	dez/19	4	Trimestral	-		O saldo de 5 a 150 salários mínimos serão pagos em até 4 parcelas trimestrais
	Acima de 150 salários mínimos	-							O saldo remanescente acima de 150 salários mínimos será pago nas mesmas condições dos créditos quirografários
	Ilíquidos	-	Liquidação da sentença	-	-	-	-		Serão pagos após os valores serem fixados em sede de homologação de cálculos transitada em julgado, nos mesmos termos dos créditos líquidos.
Classe II - Garantia Real	Opção A (Debêntures)	-	-	-	-	-	-	(i) 2ª Emissão de debêntures da UPI-1	(i) Conversão de seus Créditos com Garantia Real em Debêntures 2ª Emissão, sendo que cada R\$ 1,00 (um real) em Crédito com Garantia Real será convertido em R\$ 1,00 (um real) em Debêntures 2ª Emissão
	Opção B	3 meses	nov/18	fev/21	5	-	-	i) Recursos de caixa	O Grupo ecovix deverá pagar R\$15 milhões em até 30 meses da homologação do PRJ, sendo R\$1 milhão até nov/18, R\$1 milhão até fev/19; R\$3 milhões até ago/19, R\$5 milhões até ago/20 e R\$5 milhões até fev/21.
Classe III - Quirografários	Geral (Debêntures)	-	-	-	-	-	-	(i) 1ª Emissão de debêntures da UPI-1	i) Parte dos Créditos Quirografários serão transferidos da Ecovix para a UPI-1, por meio da cisão e convertidos em Debêntures 1ª Emissão (para colocação privada). O saldo dos Créditos Quirografários remanescentes na Ecovix, ou seja, não convertidos em Debêntures 1ª Emissão (para colocação privada), será perdoado.
	Pagamento inicial	-	ago/18	fev/19	-	-	-	i) Recursos de caixa	Cada Credor Quirografário receberá o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), até o limite de valor de seu respectivo Crédito Quirografário, em pagamento, parcial ou total, conforme o caso, em até 180 (cento e oitenta) dias da Homologação Judicial do Plano.
Classe IV - ME e EPP	Aplicável a todos	1 ano	ago/19	ago/21	3	Anual	INPC	i) Recursos de caixa	Integralmente, em até 3 anos após a carência.
TOTAL									

4. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Prestação de Contas

Abaixo segue o resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda até o momento de finalização deste relatório. No dia 29/05/21, o Grupo Ecovix apresentou ao Juízo Recuperacional Aditamento do Plano de Recuperação Judicial vigente, visando a reestruturação das Classes III e IV. O Aditamento proposto ainda aguarda deliberação, entretanto, a Douta Julgadora da Recuperação Judicial concedeu a **suspensão da exigibilidade das obrigações do Plano Original até a efetiva deliberação e homologação do Aditivo**. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ estará em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM MARÇO DE 2022				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Classe I - Trabalhista	Até 5 salários mínimos	ago/18	set/18	1.171.330,01	90.537,09	-	1.080.792,92	O valores em aberto referem-se a pagamentos divergentes do valor habilitado, credores sem dados bancários, ou credores que informaram os dados bancários recentemente e estão em análise para pagamento.
	De 5 a 150 salários mínimos	dez/18	dez/19	7.808.228,70	6.653.387,93	-	1.154.840,77	
	Acima de 150 salários mínimos			3.482.147,29	205.206,89	-	3.276.940,40	O saldo será pago conforme a Classe III
	Ilíquidos	Liquidação da sentença	-	40.195.666,95	136.409,97	-	40.059.256,98	Aguardando sentença de liquidação
Classe II - Garantia Real	Opção A (Debêntures)	-	-	55.000.000,00	-	-	55.000.000,00	O saldo será reestruturado pelo Plano Aditivo, como pode-se observar a partir do slide 14.
	Opção B	nov/18	fev/21	15.000.000,00	15.000.000,00	-	-	
Classe III - Quirografários	Geral (Debêntures)	-	-	8.092.378.505,34	-	-	8.092.378.505,34	
	Pagamento inicial	ago/18	fev/19	7.793.148,89	3.263.283,75	-	4.529.865,14	
Classe IV - ME e EPP	Aplicável a todos	ago/19	ago/21	20.818.729,60	8.982.925,54	-	11.835.804,06	
TOTAL				8.243.647.756,78	34.331.751,17	-	8.209.316.005,61	



Motivação para o aditivo ao PRJ

Em 29/05/2021 a Recuperanda juntou nos autos o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, justificando a revisão do plano original por meio das razões que seguem destacadas:

- Inviabilidade de consolidação dos ativos dos ERG's em uma única UPI e Passivos tributários não desvinculáveis das empresas constituintes da UPI
- Inexistência da Backstop Underwriter prevista no Plano original
- Pandemia
- Controvérsias com a FUNCEF
- Deterioração do mercado nacional de construção naval

Nova Proposta de Pagamento

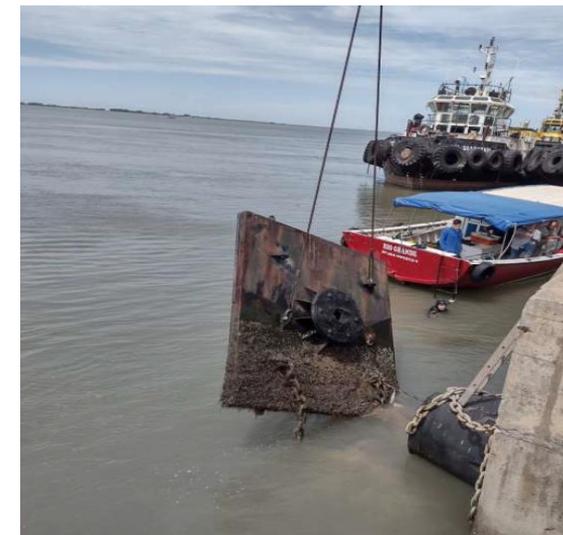
As alterações apresentadas pela requerente compreendem apenas as Classes III e IV, visto que **os créditos da Classe I permanecerão com a mesma forma de pagamento e a Classe II está quitada**. Cabe aqui ressaltar que, o único credor da Classe II, HSBC (Banco Bradesco), recebeu o montante de R\$15 milhões, restando pendente R\$55 milhões. De acordo com a cláusula 4.1.1 (ii) do Plano de Recuperação Judicial original, o Bradesco, único crédito classe II, aderiu à opção b de pagamento, que prevê a alienação dos bens que compõem a garantia. Dessa forma, uma vez que não existem mais bens que garantam o crédito, não há mais garantia, e o crédito passa a integrar a classe III. Abaixo segue o resumo da nova proposta de pagamento apresentada:

CONDIÇÕES DO PLANO ADITIVO									
CLASSE	Subclasse	DESÁGIO	CARÊNCIA	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe III - Quirografários	Opção A	60%	01 ano da homologação do aditivo de PRJ	14	Anual	2,5% a.a.	TR	(i) Recursos de caixa	Os Credores Quirografários Opção A receberão 40% (quarenta por cento) do valor de face dos seus Créditos Quirografários Opção A, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por Credor, em no máximo 14 (quatorze) parcelas anuais, iguais e sucessivas. O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) limitado ao valor do respectivo crédito quirografário.
	Opção B	-	01 ano da homologação do aditivo de PRJ	-	-	-	-	i) Emissão de debêntures	Os Créditos Quirografários Opção B, serão novados e convertidos em Debêntures de 1ª Emissão (para colocação privada), considerando o valor de emissão correspondente a 23,54% (vinte e três por cento e cinquenta e quatro centésimos) do valor do respectivo, idêntico ao Plano Original; com vencimento em 25 (vinte e cinco) anos. A remuneração será de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano do saldo do principal das Debêntures, calculados de forma simples, sem desembolso de valores.
Classe IV - ME e EPP	Aplicável a todos	-	06 meses da homologação do aditivo de PRJ	1	-	1% a.a.	INPC	i) Recursos de caixa	Os Credores ME e EPP receberão a integralidade ou parcela remanescente dos seus créditos em parcela única, acrescidos de correção monetária com base no INPC + 1% (um por cento) ao ano, incidente desde a Data de Homologação Judicial do Plano Original (i.e., 17 de agosto de 2018) até a data do efetivo pagamento do valor correspondente

6. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Imagens das operações de manutenção realizadas no estaleiro



Imagens enviadas em 05/04/2022.



MEDEIROS & MEDEIROS
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

ANEXOS

RELATÓRIO MENSAL DE
ATIVIDADES (RMA)



I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE DEZEMBRO/2021, JANEIRO E FEVEREIRO/2022

II - RELATÓRIO DAS OPERAÇÕES DO ESTALEIRO



MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

CENTRAL DE ATENDIMENTO: 0800 150 1111

PORTO ALEGRE / RS | NOVO HAMBURGO / RS | CAXIAS DO SUL / RS | BLUMENAU / SC | RIO DE JANEIRO / RJ | SÃO PAULO / SP



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

075/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselheiros, Diretores e demais Administradores da Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial.

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de R\$ 3.0 Milhões na conta de Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, 11 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que a Companhia apresenta passivo a descoberto acumulados de R\$ 9,1 milhões em suas operações. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 1.1

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023.

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudo” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande,



Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:11:
42-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.045	27.893
Adiantamentos à fornecedores		-	(22)
Tributos a compensar	5	113	102
Outros ativos		-	6
		4.158	27.979
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	6	1.993	1.993
Dividendos Pagos Antec.	7	45.164	43.174
		47.157	45.167
Permanente			
Investimentos		-	-
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
		-	-
Total do ativo		51.315	73.146

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	8	337	120
Obrigações tributarias	9	51	362
Adiantamento de clientes		-	-
Parcelamento de tributos		-	65
		388	547
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Obrigações tributarias	9	46	-
Conta corrente entre empresas	6	55.133	79.298
Provisão para contingências	10	4.874	1.711
		60.053	81.009
Patrimônio Líquido			
	11		
Capital social		2.000	10
Prejuízos/Lucros acumulados		(11.439)	(8.425)
Resultado do exercício		313	5
		(9.126)	(8.410)
Total do passivo		51.315	73.146

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/receitas		-	-
Receita operacional líquida		<u>-</u>	<u>-</u>
Custos operacionais		-	-
Lucro Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas	12	(76)	(25)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(76)</u>	<u>(25)</u>
Receitas financeiras	13	461	30
Despesas financeiras	14	(24)	-
Outras receitas e outras despesas		-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>361</u>	<u>5</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	(48)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15		
Lucro líquido do exercício		<u>313</u>	<u>5</u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	313	5
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>313</u>	<u>5</u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.000</u>	<u>(1.990)</u>	<u>(8.425)</u>	<u>(8.415)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	5	5
Ajustes de exercícios anteriores (retorno para dividendos antecipados)	-	1.990	-	1.990
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>(8.420)</u>	<u>(6.420)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	313	313
Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda	-	-	(3.019)	(3.019)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>(11.126)</u>	<u>(9.126)</u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	313	5
Variações dos ativos operacionais		
Adiantamentos à fornecedores	(22)	22
Tributos a compensar	(11)	-
Outros ativos	6	(4)
Conta corrente entre empresas	-	2.207
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	217	(62)
Obrigações fiscais	(331)	-
Adiantamentos de clientes	-	-
Provisão para contingências	3.164	804
Conta corrente entre empresas	(24.165)	25.726
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>(20.829)</u>	<u>28.698</u>
Caixa proveniente das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda	(3.019)	(807)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(3.019)</u>	<u>(807)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.848)</u>	<u>27.891</u>
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	27.893	2
No final do exercício	4.045	27.893
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.848)</u>	<u>27.891</u>

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A Engevix Sistemas de Defesa Ltda. – Em recuperação judicial (“Companhia”), foi constituída como uma controlada da Nova Participações S/A, em 20 de fevereiro de 2013, com sede em Barueri, estado de São Paulo, sob forma de sociedade limitada. A Companhia tem como objeto social a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação de serviços, visando à produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos estratégicos de defesa no Brasil, incluindo importação, vendas e revendas quando integradas às atividades industriais supracitadas.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia junto ao Grupo Ecovix, ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são reconhecidos pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios aos processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais políticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na Companhia e suas empresas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

b) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

c) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	20	3
Aplicações financeiras (i)	<u>4.025</u>	<u>27.890</u>
	<u>4.045</u>	<u>27.893</u>

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Tributos a compensar

Os tributos a compensar referem-se ao imposto de renda retido dos rendimentos de aplicação financeira.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IR e CS a Compensar	<u>113</u>	<u>102</u>
	<u>113</u>	<u>102</u>

6. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle de partes relacionadas, como segue:

Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nova Participações S.A. (ii)	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>
	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>

Passivo	2021	2020
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A (i)	380	380
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (i)	54.753	78.918
	55.133	79.298
Circulante	-	-
Não circulante	55.133	79.298

- (i) Empresa do mesmo grupo econômico; e
(ii) Controladora direta.

7. Dividendos pagos antecipadamente

Referem-se aos valores pagos antecipadamente a título de dividendos à controladora Nova Participações S/A.

	2021	2020
Nova Participações S.A.	45.164	45.164
	45.164	45.164

8. Fornecedores

Os saldos são representados por credores habilitados na recuperação judicial da Companhia.

	2021	2020
Fornecedores nacionais	337	120
	337	120

9. Obrigações tributárias

	2021	2020
Pis e COFINS	22	277
IRPJ E CSLL	29	-
INSS	-	57
CSRF Retido	-	28
Parcelamento impostos federais (i)	46	-
	97	362
Circulante	51	362
Não circulante	46	-

- (i) Parcelamento da multa por atraso na entrega da escrituração contábil fiscal (ECF).

10. Provisão para contingências

A Companhia reconheceu em suas Demonstrações Financeiras um passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 4.874, relacionado a reclamações tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Contingências tributárias	4.151	-
Contingências trabalhistas	723	415
Contingências civil	-	1.296
	4.874	1.711

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam ainda processos judiciais na área tributária, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de perda possível para a Companhia.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e integralizado, é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 de ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação.

12. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com materiais	(8)	-
Despesas com tributos e taxas	(6)	-
Perdas de créditos	(102)	-
Outras despesas gerais (i)	(53)	(25)
Provisão de contingências	93	-
	<u>(76)</u>	<u>(25)</u>

(i) Multa por atraso na entrega da ECF e custas processuais.

13. Receitas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	483	31
Pis e COFINS s/. receita financeira	(22)	(1)
	<u>461</u>	<u>30</u>

14. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas bancárias	(1)	-
IOF	(23)	-
	<u>(24)</u>	<u>-</u>

15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	265	5
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	48	-
Exclusões		
Provisões não dedutíveis	(123)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>190</u>	<u>5</u>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	57	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	<u>133</u>	<u>5</u>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	<u>32</u>	<u>1</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	-	-
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	-	-
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>-</u>	<u>-</u>

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de

sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

16. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Barueri, 25 de fevereiro de 2022.

**ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:2187
5271821**

Robson Augusto Passos
Diretor

Assinado de forma digital por ROBSON
AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e=CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=14367856000104, ou=presencial,
cn=ROBSON AUGUSTO
PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 08:46:08 -03'00'

Tuany Caroliny Costa

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 0417360 8 SP

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY
COSTA:04173608
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e=CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=14367856000104, ou=presencial,
cn=TUANY CAROLINY COSTA:04173608
Dados: 2022.03.30 08:47:42 -03'00'



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

072/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG Estaleiro ERG1 S.A.**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme a Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 0,8 Milhões e R\$ 14.7 Milhões na conta de Estorno de baixa para PL no passivo de



Contingência Tributárias e R\$ 242,9 Milhões em retorno do custo das propriedades de investimento para ativo, conforme registros efetuados no Patrimônio Líquido.

Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12, 14 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que a Companhia apresenta saldo acumulado de patrimônio Líquido de R\$ 207,5 Milhões em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 28,0 Milhões em 2021 e R\$ 15,2 Milhões em 2020. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 12

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de R\$ 7,2 Milhões, sendo o valor distribuído em R\$ 7,2 Milhões na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudo” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções



Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.



Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Imobilizado: Nota explicativa nº 08

Conforme nota explicativa Nº 08 a Companhia apresentou o saldo Líquido de R\$ 274,9 Milhões em imobilizado que representa 93% do total do ativo, no exercício de 2021 os saldo de imobilizado foram submetidos a teste de recuperabilidade de ativos “Impairment”, validamos os saldos apresentados em relação aos valores registrados na contabilidade não identificando irregularidades.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado de todas as contas da Companhia, que totalizam R\$ 429,0 Milhões e R\$ 154,1 Milhões de depreciação acumulada, após ajustes de impairment efetuado em 2021, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das práticas contábeis.
- Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que a Companhia atua.
- Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração.
- Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por DAVI
E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:08:
46-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	351	12.623
Contas a receber	5	3.322	7.221
Adiantamentos à fornecedores		731	685
Tributos a compensar	6	7.583	11.000
Outros ativos		44	15.291
		12.031	46.820
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	6.760	-
Conta corrente entre empresas	7	1.052	622
Depósitos judiciais		-	73
		7.812	695
Permanente			
Imobilizado	8	274.950	19.316
		274.950	19.316
Total do ativo		294.793	66.831

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	9	2.715	3.906
Obrigações sociais e trabalhistas	10	411	338
Obrigações fiscais	11	685	415
Adiantamento de clientes		-	100
Outros passivos		-	1.032
Parcelamento de tributos		-	869
		3.811	6.660
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	7	72.795	75.817
Credores da recuperação judicial	12	7.250	7.250
Provisão para contingências	13	2.297	-
Outros passivos		1.119	-
		83.461	83.067
Patrimônio Líquido			
	14		
Capital social		423.256	423.256
Reserva legal		7.037	7.037
Prejuízos/Lucros acumulados		(194.714)	(437.980)
Resultado do exercício		(28.058)	(15.209)
		207.521	(22.896)
Total do passivo		294.793	66.831

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		10.574	4.943
Impostos incidentes s/receitas		(867)	-
Receita operacional líquida	15	9.707	4.943
Custos operacionais	16	(5.377)	(9.241)
Lucro Bruto		4.330	(4.298)
Despesas administrativas	17	(14.259)	(12.037)
Depreciação e amortização		(18.860)	(3.801)
Outras receitas e despesas operacionais	18	857	69
Prejuízo operacional		(27.932)	(20.067)
Receitas financeiras	19	14	122
Despesas financeiras	20	(317)	(453)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(28.235)	(20.398)
Outras receitas e outras despesas	21	177	5.189
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(28.058)	(15.209)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	-	-
Lucro líquido do exercício		(28.058)	(15.209)

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(28.058)	(15.209)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(28.058)</u>	<u>(15.209)</u>

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>423.256</u>	<u>7.037</u>	<u>(452.442)</u>	<u>(22.149)</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(15.209)	(15.209)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	14.462	14.462
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>423.256</u>	<u>7.037</u>	<u>(453.189)</u>	<u>(22.896)</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(28.058)	(28.058)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	803	803
Baixa depósito judicial relacionado a conta vinculada (construção dos ativos)	-	-	14.763	14.763
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	-	-	242.909	242.909
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u><u>423.256</u></u>	<u><u>7.037</u></u>	<u><u>(222.772)</u></u>	<u><u>207.521</u></u>

RG Estaleiro ERG1 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 06.054.101/0001-21

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	(28.058)	(15.209)
Variações dos ativos operacionais		
Depreciação e amortização	18.860	3.801
Provisão de contingências	2.297	-
Sobras contábeis conforme inventário	13	-
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber	(2.861)	817
Adiantamentos à fornecedores	(46)	617
Tributos a compensar	3.416	189
Conta corrente entre empresas	(430)	(188)
Outros ativos	15.248	(33)
Depósitos judiciais	73	-
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.191)	1.420
Obrigações fiscais	270	284
Obrigações sociais e trabalhistas	73	24
Adiantamentos de clientes	(100)	100
Outros passivos	87	-
Credores da recuperação judicial	-	-
Conta corrente entre empresas	(3.023)	19.674
Parcelamento de tributos	(869)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>3.759</u>	<u>11.496</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(74)	-
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-
Estorno da baixa do custo das propriedades de investimento para o PL (2019)	(274.433)	(14.457)
Caixa proveniente das atividades de investimento	<u>(274.507)</u>	<u>(14.457)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes de exercícios anteriores	804	-
Baixa depósito judicial relacionado a construção dos ativos	14.763	-
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	242.909	14.462
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>258.476</u>	<u>14.462</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.272)</u>	<u>11.501</u>
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	12.623	1.122
No final do exercício	351	12.623
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.272)</u>	<u>11.501</u>

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

O RG Estaleiro ERG 1 S.A. – Em recuperação judicial (ERG1), anteriormente denominada W Torre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A., é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. O ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da W Torre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A. para RG Estaleiro ERG1 S.A., quando da transferência de controle societário para o RG Estaleiros S.A.

O ERG1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais.

1.2 Projetos atuais

A companhia vem enfrentando ao longo dos anos sucessivas crises no setor de óleo e gás na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil.

Diante desses desafios, o Grupo Ecovix além do 'business principal' está atuando também nos seguintes negócios: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial. Diante dos desafios econômicos

A Companhia ajuizou em 16.12.2016 o pedido de recuperação judicial e que foi posteriormente homologado na data de 17.08.2018.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.3 Partes relacionadas

As receitas da Companhia decorreram do contrato de aluguel de equipamentos para a controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. firmado em 2013. A Ecovix Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos.

Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa 8.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

e) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

f) Provisões

Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g) Receita operacional e receitas/despesas financeiras

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros Selic e receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros sobre tributos e fornecedores.

ii) Receitas de serviços

As receitas de serviços derivam do contrato de reparo naval e serviços de top off.

A receita de aluguel é reconhecida no resultado na base da linha de outras receitas e despesas.

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

i) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	2021	2020
Banco conta movimento	57	11
Aplicações financeiras (i)	294	12.612
	351	12.623

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do contrato de aluguel de equipamentos. Os saldos estão pendentes entre as empresas desde 2015 quando o contrato citado estava em operação.

O saldo de contas a receber de clientes nacionais decorre dos contratos de serviços de reparo naval e top off.

	2021	2020
Clientes nacionais	461	150
Clientes partes relacionadas CP (i)	2.861	-
Clientes partes relacionadas LP (i)	6.760	7.071
	10.082	7.221

(i) Companhia do mesmo grupo econômico, cuja controladora final é a Nova Participações S.A.

6. Tributos a compensar

O saldo de tributos a compensar referem-se a créditos de retenção de notas fiscais de prestação de serviço e apuração de créditos vinculados a custos e despesas.

	2021	2020
IR e CS a Compensar	16	2.000
Saldo Negativo IR e CS	1.220	-

Pis e COFINS a recuperar (i)	6.347	8.912
Demais tributos a recuperar	-	88
	7.583	11.000

(i) Os créditos de Pis e confins foram acumulados no decorrer dos anos oriundos das operações de exportação, e também, existem créditos apurados sobre a depreciação de ativo imobilizado, tais créditos estão sendo utilizados para compensar os passivos de tributos federais.

7. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativas a conta corrente com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora e empresas ligadas.

Controladora e controladora indireta

A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. - Em recuperação judicial e a controladora indireta é a Nova Participações S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle de partes relacionadas, como segue:

Ativo	2021	2020
RG Estaleiro ERG2 S.A.	872	493
RG Estaleiro ERG3 S.A.	180	130
	1.052	623
Circulante	-	-
Não circulante	1.052	623
Passivo	2.021	2.020
Ecovix Construções Oceânicas S.A.	25.562	28.554
RGE Estaleiros S.A.	47.233	47.263
	72.795	75.817
Circulante	-	-
Não circulante	72.795	75.817

8. Imobilizado

Em novembro de 2021, a Companhia contratou uma das maiores consultorias especializada para realizar Gestão dos Ativos (contagem física dos ativos e conciliação físico-contábil), além de revisão das vidas úteis em todo o estaleiro. E, todo esse trabalho está embasado por laudo técnico, de acordo com os CPC's 01 e 25, respectivamente. Os ajustes contábeis do exercício em questão sofreram efeitos irrelevantes do ponto de vista de resultado. No entanto, com grande impacto nos controles internos da companhia.

O saldo da conta de imobilizado está composto como segue:

a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021			2020
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
TERRENOS	20	7.600	-	7.600	-
EDIFICAÇÕES	20	394.278	(131.025)	263.253	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	196	(184)	12	27
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	-	-	-	2
VEÍCULOS	20	72	(72)	-	-
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	25.249	(21.339)	3.910	10.619
INSTALAÇÕES	10	-	-	-	8.668
FERRAMENTAS	15	1.683	(1.507)	176	-
		429.078	(154.128)	274.950	19.316

b) Movimentação do custo

Saldo em 31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
-------------------	---------	----------------------------	--------	-------------------------------	-----------------------------	-------------------

(2019)

TERRENOS	-	-	7.600	-	-	-	7.600
EDIFICACOES	-	-	384.161	-	-	10.118	394.278
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	307	2	-	-	(259)	146	196
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	78	-	-	-	(61)	(17)	-
VEÍCULOS	72	-	-	-	-	-	72
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	18.526	72	(9.763)	-	(622)	17.035	25.249
INSTALAÇÕES	28.970	-	-	-	-	(28.970)	-
FERRAMENTAS	-	-	-	-	-	1.683	1.683
DIREITO DE SOFTWARES*	-	-	-	-	-	5	-
	47.953	74	381.998	-	(942)	-	429.078

* Custo contabilizado no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

c) Movimentação da depreciação

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	31/12/2021
TERRENOS	20	-	-	-	-	-	-
EDIFICACOES	20	-	(15.535)	(107.565)	-	(7.924)	(131.025)
MOVEIS E UTENSÍLIOS	10	(279)	(24)	-	253	(134)	(184)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20	(76)	(1)	-	62	15	-
VEICULOS	20	(72)	-	-	-	-	(72)
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	(7.907)	(862)	-	614	(13.184)	(21.339)
INSTALACOES	10	(20.302)	(2.414)	-	1	22.715	(0)
FERRAMENTAS	15	-	(24)	-	-	(1.483)	(1.507)
Imobilizado em curso		-	-	-	-	-	-
DIREITO DE SOFTWARES*		-	-	-	-	(5)	-
		(28.636)	(18.860)	(107.565)	930	-	(154.127)

* Amortização contabilizada no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

9. Fornecedores

Os saldos são representados por fornecedores de utilidades e serviços para manutenção da infraestrutura do estaleiro ERG1.

	2021	2020
Fornecedores nacionais	2.715	3.906
	2.715	3.906

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Salários a pagar	132	1
Outros proventos a pagar	1	1
Provisões trabalhistas	278	336
	411	338

11. Obrigações fiscais

	2021	2020
ISS	149	518
ICMS	-	(3)
PIS E COFINS	283	(348)
IRPJ E CSLL	-	(728)
IR Retido	24	86
INSS	179	246
FGTS	51	80

Outros Impostos	-	564
	<u>686</u>	<u>415</u>

Os saldos de 2020 foram reconciliados em 2021.

12. Credores da recuperação judicial

A Companhia apresentou a propositura da Recuperação Judicial que ocorreu em 16/12/2016, e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 7 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Classes</u>	<u>2021</u>
CLASSE III - CREDORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	7.250
	<u>7.250</u>

Os saldos estão basicamente representados por Fornecedores de materiais e peças na construção do estaleiro.

13. Provisão para contingências

A Companhia reconheceu em suas Demonstrações Financeiras um passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 2.297, relacionado a reclamações tributárias, com perspectiva de perda e conseqüente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contingências tributárias	2.297	-
	<u>2.297</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2021 existiam ainda processos judiciais na área tributária, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de perda possível para a Companhia, no montante de R\$ 39.560, para os quais nenhuma provisão foi registrada, por não ser requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e integralizado, é de R\$ 423.256, dividido em 423.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 8 de maio de 2017 foi aprovado aumento de capital, passando de R\$ 421.256.462,50 (quatrocentos e vinte e um milhões e duzentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 423.256.462,50 (quatrocentos e vinte e três milhões e duzentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), representando um aumento no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e 2.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela acionista RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial, por meio de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

b) Reserva de capital

Foi constituída em 2006 pela doação de terreno no valor de R\$ 7.037 com fim especial e exclusivo da instalação de Unidade Industrial no imóvel, conforme mencionado na Nota Explicativa 1. A doação é subordinada aos encargos a serem cumpridos pela Companhia, razão pela qual foi constituída a reserva de capital de igual valor.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída reserva legal em função de a Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados.

d) Remuneração dos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

15. Receita operacional líquida

As receitas de serviços reconhecidas no exercício de 2021 decorrem do contrato de serviços de reparo naval e top off.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas de serviços	10.574	4.943

Impostos incidentes	(867)	-
Receita líquida	9.707	4.943

16. Custos operacionais

	2021	2020
Custos com pessoal	(2.066)	(4.525)
Custos de utilidade e serviços	(877)	(1.705)
Custos com materiais	(528)	(989)
Custos gerais	(116)	(227)
Custos com serviços contratados	(1.790)	(1.796)
	(5.377)	(9.242)

17. Despesas administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	(6.045)	(5.840)
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	(2.609)	(4.174)
Serviços prestados por terceiros	(1.599)	(491)
Despesas com materiais	(84)	(532)
Despesas com tributos e taxas	(373)	(299)
Despesas Indedutíveis	(151)	-
Perdas de créditos	(932)	-
Outras despesas gerais	(169)	(701)
Provisão de contingências	(2.297)	-
	(14.259)	(12.037)

18. Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020
Receita de locação	246	69
Recuperação de despesas	611	-
	857	69

19. Receitas financeiras

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	10	171
Juros Selic recebidos	5	-
Pis e COFINS s/. receita financeira	(1)	(49)
	14	122

20. Despesas financeiras

	2021	2020
Tarifas bancárias	(39)	(50)
IOF	(1)	(8)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(277)	(394)
	(317)	(452)

21. Outras receitas e outras despesas

	2021	2020
Baixa por inutilização ou quebra de ativo imobilizado	(12)	-
Receita de serviço de corte	379	6.184
Outras receitas e despesas	(957)	(994)
Crédito de Pis e COFINS vinculado a custos e despesas	767	-
	177	5.190

22. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	2021	2020
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	(28.058)	(15.209)

Adições

Demais despesas não dedutíveis	13	90
Provisões não dedutíveis	2.297	-
Perdas	938	-

Exclusões

Lucro/Prejuízo real antes da compensação de prejuízos fiscais	(24.810)	(15.119)
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-
Lucro/Prejuízo Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	(24.811)	(15.119)
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

	2021	2020
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	(28.058)	(15.209)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	3.248	90
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	(8.436)	(5.140)
--	----------------	----------------

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	31/12/2021			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	351	-	-	351
Contas a receber de clientes	-	3.322	-	3.322
Conta corrente entre empresas	-	1.052	-	1.052
	351	4.374	-	4.725
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	72.795	72.795
Fornecedores	-	-	2.715	2.715
	-	-	75.510	75.510

Instrumentos financeiros	31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	12.623	-	-	12.623
Contas a receber de clientes	-	7.221	-	7.221
Conta corrente entre empresas	-	622	-	622

	12.623	7.843	-	20.466
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	75.818	75.818
Fornecedores	-	-	3.906	3.906
	-	-	79.724	79.724

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado;
Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

Á abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras. Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

24. Cobertura de seguro

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros contra Danos Corporais somam R\$ 100.000, Danos Materiais R\$ 100.000, Danos Morais/Estéticos R\$ 5.000 e Colisão/Incêndio/Roubo/Furto na totalidade do valor do veículo, conforme a tabela FIPE.

25. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022.

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=1609960100175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 Dados: 2022.03.31 09:16:13 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
 Diretora

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:08676155969
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-CP-CERTIFICADOS, ou=0208422000171, cn=TUANY CAROLINY COSTA:08676155969
 Dados: 2022.03.29 09:20:21 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC 0417360 8 RS

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000114, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.30 08:48:53 -03'00'

Robson Augusto Passos
 Diretor



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

073/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG Estaleiro ERG2 Industrial S.A. Em recuperação judicial.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG Estaleiro ERG2 Industrial S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG Estaleiro ERG2 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG Estaleiro ERG2 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 1,7 milhões e R\$ 84,1 Milhões na conta de Estorno de baixa para PL no passivo de Contingência Tributárias conforme registros efetuados no Patrimônio Líquido.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11, 13 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que a Companhia apresenta passivo a descoberto acumulados de R\$ 127,5 Milhões em suas operações, tendo apurado prejuízo recorrente de R\$ 30,0 Milhões em 2021 e R\$ 31,9 Milhões em 2020. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 11

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de R\$ 661,1 Milhões, sendo o valor distribuído em R\$ 659,9 Milhões na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário) e R\$ 1,2 Milhões na Classe IV (Credores Rec. Judicial – EM/EPP).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudor” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e



Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Imobilizado: Nota explicativa nº 08

Conforme nota explicativa Nº 08 a Companhia apresentou o saldo Líquido de R\$ 687.01 Milhões em imobilizado que representa 74% do total do ativo, no exercício de 2021 os saldo de imobilizado foram submetidos a teste de recuperabilidade de ativos “Impairment”, validamos os saldos apresentados em relação aos valores registrados na contabilidade não identificando irregularidades, no patrimônio Líquido foi registrado em ajustes de exercícios anteriores valor de R\$ 1.7 Milhões em contrapartida ao imobilizado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado de todas as contas da Companhia, que totalizam R\$ 949,1 Milhões e R\$ 262.1 Milhões de depreciação acumulada, após ajustes de impairment efetuado em 2021, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das práticas contábeis.
- Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que a Companhia atua.
- Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração.
- Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:14:
27-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250	250
Contas a receber partes relacionadas	5	-	230.045
Tributos a compensar	6	9.815	10.007
Outros ativos		16	377
		10.081	240.679
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber partes relacionadas	5	230.369	-
		230.369	-
Permanente			
Imobilizado	8	687.080	720.319
		687.080	720.319
Total do ativo		927.530	960.998

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	9	2	-
Obrigações tributarias	10	1	8.631
		3	8.631
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	7	303.201	302.821
Credores da recuperação judicial	11	661.188	661.213
Provisão para contingências	12	90.474	3
Parcelamento de tributos		178	-
		1.055.041	964.037
Patrimônio Líquido			
	13		
Capital social		160.942	160.942
Reserva legal		33.824	35.564
Prejuízos/Lucros acumulados		(292.255)	(176.203)
Resultado do exercício		(30.025)	(31.973)
		(127.514)	(11.670)
Total do Passivo		927.530	960.998

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/receitas		-	-
Receita operacional líquida		<u>-</u>	<u>-</u>
Custos operacionais		-	-
Lucro Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	14	1.411	(584)
Depreciação e amortização		(33.155)	(33.155)
Outras receitas e despesas operacionais		-	1.767
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(31.744)</u>	<u>(31.972)</u>
Receitas financeiras	15	1	1
Despesas financeiras	16	(45)	(2)
Outras receitas e outras despesas	17	1.763	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(30.025)</u>	<u>(31.973)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	-	-
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(30.025)</u></u>	<u><u>(31.973)</u></u>

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(30.025)	(31.973)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(30.025)</u>	<u>(31.973)</u>

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>160.942</u>	<u>35.564</u>	<u>(587.314)</u>	<u>(390.808)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(31.973)	(31.973)
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	-	-	411.111	411.111
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>160.942</u>	<u>35.564</u>	<u>(208.176)</u>	<u>(11.670)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(30.025)	(30.025)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(1.716)	(1.716)
Transferência para prejuízos acumulados	-	(1.740)	1.740	-
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	-	-	(84.103)	(84.103)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>160.942</u>	<u>33.824</u>	<u>(322.280)</u>	<u>(127.514)</u>

RG Estaleiro ERG2 S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 08.607.005/0001-99

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	(30.025)	(31.973)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	33.155	33.155
Provisão para contingências	2.082	-
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber	(323)	-
Tributos a compensar	191	(1.303)
Outros ativos	361	(17)
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	2	(3.403)
Empréstimos e financiamentos	-	(40)
Obrigações fiscais	(8.630)	(13.845)
Provisão para contingências	88.388	-
Parcelamento de tributos	179	(16.364)
Credores da recuperação judicial	(25)	(71)
Conta corrente entre empresas	380	133
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>115.760</u>	<u>(1.755)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-
Estorno da baixa do custo das propriedades de investimento para o PL (2019)	84	(377.378)
Caixa proveniente das atividades de investimento	<u>84</u>	<u>(377.378)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes de exercícios anteriores	(1.716)	-
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	-	411.111
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	(84.103)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(85.819)</u>	<u>411.111</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>5</u>
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	250	245
No final do exercício	250	250
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>5</u>

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

O RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial (ERG2), anteriormente denominada WTorre Óleo e Gás S.A., é uma entidade de capital fechado, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. O ERG2 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento.

O ERG2 teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A. em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A. e RG Estaleiros S.A.

1.2 Descrição do projeto

Concomitantemente à transferência do Controle acionário, ocorrido em 15 de outubro de 2010, nessa mesma data, a Companhia firmou Termo de Compromisso entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura e Superintendência do Porto de Rio Grande, no qual ficaram ratificados os compromissos entre as partes para execução de ações articuladas voltadas à implantação da segunda Unidade Industrial voltada à construção de cascos, plataformas offshore e embarcações de grande porte. Entre os compromissos lá expressos encontravam-se os de ocupação do imóvel pela Companhia, a realização de investimentos e de geração de empregos e receitas tributárias para o Estado. O compromisso tinha prazo de 48 (quarenta e oito meses), a contar da data de 27 de maio de 2011.

Em 03 de maio de 2011, a Companhia iniciou a implantação de quatro galpões de acabamento e pintura dos blocos, a fábrica de painéis e blocos, subestação principal e utilidades.

Foi celebrado em 28 de novembro de 2011 Contrato de Locação de área de 145.750 metros quadrados com a companhia ECOVIX – detentora de contratos de engenharia e construção de FPSO's para Tupi BV e PNBV. No decorrer do quarto mês de vigência do Contrato de Locação, o ERG2 disponibilizou a edificação dos dois primeiros Galpões de Acabamento de Blocos (GABs), no estado em que se encontravam, possibilitando, a partir deste momento, a utilização dos referidos GABs por parte da Locatária, conforme primeiro aditamento deste contrato, celebrado em 15 de abril de 2012.

A fábrica de blocos e painéis entrou em funcionamento no 1º semestre de 2013, principalmente direcionada para o aumento de capacidade de construção dos contratos dos FPSO's da ECOVIX.

Em 01 de março de 2012, a Companhia iniciou a implantação de prédios administrativos, outros 04 galpões de acabamento dos blocos (pintura), um galpão para fabricação de blocos curvos e oficinas de apoio, uma área para pré-edificação e as carreiras. Os galpões e a área de edificação entraram em operação no 1º semestre de 2014 e essa fase foi direcionada à locação das áreas para ECOVIX, detentora de contratos para a construção dos DRU's – navios sonda.

Em 8 de maio de 2012, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler –RS, nos termos do processo nº 19419-05.67/10-9, emitiu a Licença de Instalação LI nº527/2012-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS).

Em 14 de novembro de 2014, a Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler –RS, nos termos do processo nº 2416-05.67/12-0, emitiu a Licença de Operação LO nº 6569/2014-DL para a Companhia, envolvendo o empreendimento 174893-Fábrica de Blocos e Painéis, situada à Av. Almirante Maximiano da Fonseca nº4.301 Superporto Rio Grande (RS).

Em 16 de dezembro de 2016, o Grupo Ecovix ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.3 Partes relacionadas

As receitas da Companhia decorreram substancialmente do contrato de aluguel das instalações destinada à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) para a controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. firmado em 2013, da qual possuiu dependência para a realização da citada operação. A Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e empréstimos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das

disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 30 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos.

Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa 8.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

e) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

f) Provisões

Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

h) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	51	51
Aplicações financeiras (i)	<u>199</u>	<u>199</u>
	<u>250</u>	<u>250</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no seu valor justo.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do Contrato de locação de Galpões de acabamento, Fábrica de blocos e painéis e Fábrica de blocos curvos destinados à Construção, Montagem e Reparo das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) e aluguel de equipamentos. Os saldos estão pendentes entre as empresas desde 2015 quando o contrato citado estava em operação.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (i)	230.369	230.045
	<u>230.369</u>	<u>230.045</u>
Circulante	-	230.045
Não circulante	230.369	-

(i) Companhia do mesmo grupo econômico, cuja controladora final é a Nova Participações S.A.

6. Tributos a compensar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IR e CS a Compensar	-	169
Saldo Negativo IR e CS	169	-
Pis e COFINS a recuperar (i)	9.646	6.745
Demais tributos a recuperar	-	3.093
	<u>9.815</u>	<u>10.007</u>

(i) Os créditos de Pis e COFINS são oriundos da depreciação de máquinas e equipamentos, edifícios e demais ativos, tais créditos estão sendo restituídos ou retidos na receita federal por existir débitos tributários em discussão judicial conforme nota explicativa 12.

7. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativas a conta corrente com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora e empresas ligadas.

Controladora e controladora indireta

A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. - Em recuperação judicial e a controladora indireta é a Nova Participações S.A.

Os principais saldos de ativos e passivos, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle de partes relacionadas, como segue:

Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RG Estaleiro ERG3 S.A. (i e ii)	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>
Circulante	-	-
Não circulante	1	1
Passivo	<u>2.021</u>	<u>2.020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (i)	53.235	53.235
RG Estaleiros S.A. (iii)	249.093	249.093
RG Estaleiro ERG1 S.A. (i)	873	493
	<u>303.201</u>	<u>302.821</u>
Circulante	-	-
Não circulante	303.201	302.821

(i) Empresa do mesmo grupo econômico, e;

(ii) Saldo com ERG3 inferior a mil reais (R\$ 530,89 – quinhentos e trinta reais e oitenta e nove centavos) por este motivo não aparece das demonstrações financeiras que estão demonstradas em milhares de reais;

(iii) Controladora direta.

8. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

Descrição Contas	Taxas anuais de depreciação %	2021		2020	
		Custos	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
TERRENOS	20	7.248	-	7.248	7.248
EDIFICAÇÕES	20	460.867	(147.899)	312.968	330.887
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	72	(61)	11	27
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	-	-	-	84
VEÍCULOS	20	-	-	-	156
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	416.189	(76.648)	339.541	380.829
INSTALAÇÕES	10	3	(3)	-	1.088
FERRAMENTAS	15	64.815	(37.503)	27.312	-
		949.194	(262.114)	687.080	720.319

b) Movimentação do custo

Descrição Contas	Saldo em 31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	7.248	-	-	-	-	-	7.248
EDIFICAÇÕES	457.013	-	-	-	-	3.854	460.867
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	159	-	-	-	(1)	(86)	72
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	98	-	(84)	-	(6)	(8)	-
VEÍCULOS	389	-	-	-	-	(389)	-
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	476.413	-	-	-	(2)	(60.222)	416.189
INSTALAÇÕES	7.967	-	-	-	-	(7.964)	3
FERRAMENTAS	-	-	-	-	-	64.815	64.815
	949.287	-	(84)	-	(9)	-	949.194

c) Movimentação da depreciação

Descrição Contas	Taxas anuais de depreciação	31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	20	-	-	-	-	-	-
EDIFICAÇÕES	20	(126.125)	(18.345)	-	-	(3.429)	(147.899)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	(132)	(14)	-	1	84	(61)
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	(14)	-	-	6	8	-
VEÍCULOS	20	(234)	(32)	-	-	266	-
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	(95.584)	(13.318)	-	2	32.252	(76.648)
INSTALAÇÕES	10	(6.879)	(664)	-	-	7.541	(3)
FERRAMENTAS	15	-	(782)	-	-	(36.722)	(37.503)
		(228.968)	(33.155)	-	9	-	(262.114)

9. Fornecedores

Os saldos são representados por fornecedores de utilidades e serviços para manter a infraestrutura do estaleiro ERG2.

	2021	2020
Fornecedores nacionais	2	-
	2	-

10. Obrigações tributárias

	2021	2020

CSRF Retido (i)	1	7.978
IR Retido	-	475
Outros Impostos	-	178
	<u>1</u>	<u>8.631</u>

(i) Reclassificado em 2021 para passivo de contingências tributárias conforme nota explicativa 12.

11. Credores da recuperação judicial

A Companhia apresentou a propositura da Recuperação Judicial que ocorreu em 16/12/2016, e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 662 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

<u>Classes</u>	<u>2021</u>
CLASSE III - CREDITORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	659.982
CLASSE IV - CREDITORES REC. JUD. - EM/EPP	1.206
	<u>661.188</u>

O passivo com credores bancários representa 99% do passivo total, pois consiste em um montante de aproximadamente R\$ 660 milhões.

12. Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contingências cíveis	-	3
Contingências tributárias (i)	90.474	-
	<u>90.474</u>	<u>3</u>

- (i) A Companhia fez baixa do saldo anterior das contingências tributárias para o patrimônio líquido. Em 2021 estes valores foram ajustados e reclassificados para o passivo judicial por se tratarem de processos com *status* de perda provável e que devem ser contabilizados conforme normativas contábeis.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 160.941.699,21 (cento e sessenta milhões e novecentos e quarenta e um mil e seiscentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos), divididos em 160.941.699 (cento e sessenta milhões e novecentos e quarenta e um mil e seiscentos e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 8 de maio de 2017 foi aprovado aumento de capital de R\$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de reais) para R\$160.941.699,21, representando um aumento no valor de R\$ 96.041.699,31 (noventa e seis milhões e quarenta e um mil e seiscentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos) e 96.041.699 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela acionista RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial, por meio de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social.

14. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	(62)	(14)
Serviços prestados por terceiros	(20)	-
Despesas com tributos e taxas	(284)	(104)
Perdas de créditos	(306)	(466)
Provisão de contingências	2.083	-
	<u>1.411</u>	<u>(584)</u>

15. Receitas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Descontos obtidos	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

16. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas bancárias	(1)	(1)
IOF	(5)	(1)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(39)	-
	<u>(45)</u>	<u>(2)</u>

17. Outras receitas e outras despesas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Crédito de Pis e COFINS vinculado a custos e despesas	1.763	-
	<u>1.763</u>	<u>-</u>

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia apurou imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	(30.025)	(31.973)
Adições		
Perdas	306	466
Exclusões		
Provisões não dedutíveis	(2.082)	
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>(31.802)</u>	<u>(31.507)</u>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	<u>(31.802)</u>	<u>(31.507)</u>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	(30.025)	(31.973)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	(1.777)	466
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>(10.813)</u>	<u>(10.712)</u>

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir

de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

31/12/2021				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	250	-	-	250
Contas a receber de partes relacionadas	-	230.369	-	230.369
Conta corrente entre empresas	-	1	-	1
	250	230.370	-	230.620
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	303.201	303.201
Fornecedores	-	-	2	2
	-	-	303.203	303.203
31/12/2020				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	250	-	-	250
Contas a receber de clientes	-	230.045	-	230.045
Conta corrente entre empresas	-	1	-	1
	250	230.046	-	230.296
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	302.821	302.821
	-	-	302.821	302.821

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de partes relacionadas

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes, por se tratar de partes relacionadas.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não foi necessária a provisão para redução ao valor recuperável.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

Á abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras. Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

21. Cobertura de seguro

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguro contra Responsabilidade Civil soma R\$ 3.000.000.

22. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 Dados: 2022.03.31 09:17:48 -03'00'

ANA CATHARINA
 CRAHIM DE
 MELLO:12533952761

Ana Catharina Crahim de Mello
 Diretora

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.30 08:47:05 -03'00'

ROBSON
 AUGUSTO
 PASSOS:218752
 71821

Robson Augusto Passos
 Diretor

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=TUANY CAROLINY COSTA
 Dados: 2022.03.30 08:47:05 -03'00'

Tuany Caroliny Costa

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC 041736/O-8 RS



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

074/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos na conta de ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 0,9 Milhões conforme registros efetuados no Patrimônio Líquido.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 07

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 07, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de R\$ 0,4 Milhões, sendo o valor distribuído na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudó” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande,



Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro ERG3 S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:10:
43-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Contas a receber	5	-	2.706
		<u>1</u>	<u>2.707</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	2.706	-
Conta corrente entre empresas	5	1.421	1.421
		<u>4.127</u>	<u>1.421</u>
Permanente			
Propriedade para investimento	6	2.116	2.116
		<u>2.116</u>	<u>2.116</u>
Total do ativo		<u><u>6.244</u></u>	<u><u>6.244</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		-	986
Parcelamento de tributos		-	9
		<u>-</u>	<u>995</u>
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	5	513	462
Credores da recuperação judicial	7	412	412
Parcelamento de tributos	8	21	-
		<u>946</u>	<u>874</u>
Patrimônio Líquido			
	9		
Capital social		757	757
Reserva legal		597	2.590
Prejuízos/Lucros acumulados		3.972	1.158
Resultado do exercício		(28)	(130)
		<u>5.298</u>	<u>4.375</u>
Total do passivo		<u><u>6.244</u></u>	<u><u>6.244</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/receitas		-	-
Receita operacional líquida		-	-
Custos operacionais		-	-
Lucro Bruto		-	-
Despesas administrativas	10	(26)	(127)
Prejuízo operacional		(26)	(127)
Despesas financeiras	11	(2)	(3)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(28)	(130)
Outras receitas e outras despesas	-	-	-
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(28)	(130)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	-	-
Lucro líquido do exercício		(28)	(130)

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	(28)	(130)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(28)</u>	<u>(130)</u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucro/Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>757</u>	<u>2.590</u>	<u>(958)</u>	<u>2.389</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(130)	(130)
Retorno do custo das propriedades de investimento para o ativo	-	-	2.116	2.116
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>757</u>	<u>2.590</u>	<u>1.028</u>	<u>4.375</u>
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(28)	(28)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	986	986
Transferência para prejuízos acumulados	-	(1.993)	1.993	-
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	-	-	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u><u>757</u></u>	<u><u>597</u></u>	<u><u>3.944</u></u>	<u><u>5.298</u></u>

RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. Em recuperação judicial
CNPJ: 15.286.061/0001-34

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	(28)	(130)
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber	-	173
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	(986)	-
Obrigações fiscais	(9)	(36)
Parcelamento de tributos	21	(24)
Credores da recuperação judicial	-	-
Conta corrente entre empresas	51	17
Caixa proveniente das atividades operacionais	(923)	130
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Estorno da baixa do custo das propriedades de investimento para o PL (2019)	-	(2.116)
Caixa proveniente das atividades de investimento	-	(2.116)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes de exercícios anteriores	986	2.116
Estorno da baixa para o PL do passivo de contingências tributárias	(35)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamento	951	2.116
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1	1
No final do exercício	1	1
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial (“ERG3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Rio Grande, Estado de Rio Grande do Sul. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

Destaca-se que o ERG 3 ainda não possui atividade operacional, apenas a propriedade imobiliária. Não obstante, com o investimento numa estrutura de integração efetiva deste aos ERG1 e ERG2, o ERG3 pode funcionar como retroárea.

Em 16 de novembro de 2011, a RG Estaleiros S.A., companhia controladora da ERG3, firmou Contrato Preliminar com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, visando a aquisição de uma área de terras com 248.349,20 m², representada pelos módulos situados no Setor 7, especificamente 7.13 a 7.17 do Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, que se encontram registrados na matrícula 26.665, Livro 2 – RG, do Registro de Imóveis, no Município de Rio Grande/RS. Em 06 de maio de 2014, a SDPI emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da companhia RG Estaleiros S.A como beneficiária do incentivo financeiro pela companhia RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

Para esta área foram originalmente planejados investimentos da ordem de R\$ 70.000, para a implantação de novas instalações de processamento de aço, subfornecedores de equipamentos, prestadores de serviço, unidades de utilidades (energia elétrica e comunicações), escritórios administrativos, áreas de apoio logístico e armazenagem para fazer face à atividade operacional que se estabelece no Polo Naval de Rio Grande como resultado das atividades do pré-sal.

Em 23 de abril de 2013, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10854-05.67/12-6, emitiu a Licença Prévia LP nº233/2013-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de novembro de 2013, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM -I, concedeu Autorização Geral Nº 649/2013-DL para utilização da área do ERG3 como local de armazenamento temporário de material mineral e torres de concreto da linha de transmissão provenientes da área da RG Estaleiro ERG2. A solicitação foi requerida visando viabilizar a locação da área.

Em 13 de maio de 2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG3”) firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX – Ecovix Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m² pelo prazo de 5 anos.

A área foi utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial foi paga de acordo com a área ocupada.

Em 22 de outubro de 2014, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10296-05-67/13-8, emitiu a Licença de Operação LO nº 786/2014-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de dezembro de 2015, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – concedeu a autorização geral nº 00384/2015-DL referente processo 1171-05.67/15.0 para que a área do ERG3 fosse utilizada para armazenamento temporário de estruturas metálicas para construção de linha de transmissão, outfits de embarcações e torres de concreto.

Em 16 de dezembro de 2016, o Grupo Ecovix ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.2 Partes relacionadas

As receitas da Companhia decorreram substancialmente de receita de aluguel de área para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização para a controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial, da qual possui dependência para a realização da citada operação. A Ecovix Construções Oceânicas S.A. – Em recuperação judicial é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, empréstimos de partes relacionadas e outros passivos.

Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

Os Ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

d) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

A Administração entende que, pelo fato dos ativos relacionados ao total do saldo de propriedade para investimentos serem novos, o valor justo destes ativos se aproximam ao valor contábil das propriedades para investimentos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

e) Provisões

Provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

f) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

g) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber partes relacionadas

O saldo de contas a receber de partes relacionadas decorre do Contrato de locação Comercial, destinados à armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária, conforme mencionado na Nota Explicativa 1. Os saldos estão pendentes entre as empresas desde 2015 quando o contrato citado estava em operação.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A (i)	2.706	2.706
	<u>2.706</u>	<u>2.706</u>
Circulante	-	2.706
Não circulante	2.706	-

(i) Companhia do mesmo grupo econômico, cuja controladora final é a Nova Participações S.A.

5.2. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações de conta corrente com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora indireta e empresas ligadas.

Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é a RG Estaleiros S.A. e a controladora indireta final é a Nova Participações S.A

Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RG Estaleiros S.A.	1.421	1.421
	<u>1.421</u>	<u>1.421</u>
Circulante	-	-
Não circulante	1.421	1.421
Passivo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ecovix Construções Oceânicas S.A.	333	333
RG Estaleiro ERG1 S.A.	180	129
	<u>513</u>	<u>462</u>
Circulante	-	-
Não circulante	513	462

6. Propriedade para investimento

Em 6 de maio de 2014, o SDPI aprovou a transferência e emitiu o Ofício 132/2014 comunicando a aprovação do pleito de substituição da empresa RG Estaleiros S.A como beneficiária do incentivo financeiro, mediante a venda dos lotes para a empresa RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021		2020
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
TERRENOS	20	2.116	-	2.116
		2.116	-	2.116

Imobilizado	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	2.116	-	-	2.116
	2.116	-	-	2.116

O valor registrado em 31 de dezembro de 2021 na propriedade para investimento é de R\$2.116 (R\$ 2.116 para 31 dezembro de 2020).

7. Credores da recuperação judicial

Os saldos estão substancialmente representados por saldo a pagar a empresa PS Publicidade (publicação do balanço de 2014) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., ambos habilitados na recuperação judicial na classe III credores quirografários.

Classes	2021
CLASSE III - CREDITORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	412
	412

8. Parcelamento de Tributos

	2021	2020
Parcelamento de tributos federais (i)	21	-
	21	-

(i) Parcelamento da multa por atraso na entrega na declaração de Imposto de renda pessoa jurídica – ECF.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e integralizado, é de R\$ 757.150,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais), dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$757,15 (um real) cada.

Em 8 de maio de 2017 foi aprovado o aumento de capital de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) para R\$ 757.150,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta reais), representando um aumento de R\$ 217.150,00 (duzentos e dezessete mil, cento e cinquenta mil reais), por meio da emissão de 217.150 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas pela acionista RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial, por meio da capitalização de créditos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC).

10. Despesas administrativas

	2021	2020
Perdas de créditos	-	(125)
Multas	(30)	-
Despesas com tributos e taxas	(3)	(3)
Custas processuais	(27)	-

Provisão de contingências	35	-
	<u>(25)</u>	<u>(128)</u>

11. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas bancárias	(1)	(1)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(2)	(2)
	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>

12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	<u>(28)</u>	<u>(130)</u>
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	30	-
Perdas	-	125
Exclusões		
Provisões não dedutíveis	(35)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	-	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	(28)	(130)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	(5)	125
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>(11)</u>	<u>(2)</u>

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

13. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

31/12/2021				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	1	-	-	1
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.706	-	2.706
Conta corrente entre empresas	-	1.421	-	1.421
	1	4.127	-	4.128
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	513	513
	-	-	513	513
31/12/2020				
Instrumentos financeiros	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos				
Aplicações financeiras	1	-	-	1
Contas a receber de partes relacionadas	-	2.706	-	2.706
Conta corrente entre empresas	-	1.421	-	1.421
	1	4.127	-	4.128
Passivos				
Conta corrente entre empresas	-	-	463	463
Fornecedores	-	-	986	986
	-	-	1.448	1.448

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Contas a receber de partes relacionadas

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes, que são partes relacionadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais

e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

À abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras.

Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

14. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022

**ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952761**

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RECEITA_FISCAL, ou=INFORMACAOES, ou=VIDECONFERENCIA, ou=16090501000175, ou=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.31 09:26:21 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

**ROBSON AUGUSTO
PASSOS:218752718
21**

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RECEITA_FISCAL, ou=INFORMACAOES, ou=VIDECONFERENCIA, ou=16090501000175, ou=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 08:48:00 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:68876155969
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RECEITA_FISCAL, ou=INFORMACAOES, ou=VIDECONFERENCIA, ou=16090501000175, ou=TUANY CAROLINY COSTA:68876155969
Dados: 2022.03.29 09:19:43 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 0417360 8 RS



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

071/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de MEP ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 173.6 Milhões, conforme registros no Patrimônio Líquido.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que ainda Companhia apresenta Patrimônio Líquido de 28,6 milhões em suas operações, vem apurando prejuízos recorrentes de R\$ 58.1 milhões em 2021 e R\$ 47,4 milhões em 2020. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 15

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 670 milhões, sendo o valor distribuído em R\$ 667,8 milhões na Classe III (Credores Rec. Judicial – Quirografário) e R\$ 1,2 milhões na Classe IV – (Credores Rec. Jud. Em/EPP).

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudó” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e



Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Imobilizado: Nota explicativa nº 11

Conforme nota explicativa Nº 11 a Companhia apresentou o saldo Líquido de R\$ 962,0 milhões em imobilizado que representa 78% do total do ativo, no exercício de 2021 os saldo de imobilizado foram submetidos a teste de recuperabilidade de ativos “Impairment”, validamos os saldos apresentados em relação aos valores registrados na contabilidade não identificando irregularidades.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado de todas as contas da Companhia, que totalizam R\$1,3 Bilhões e R\$ 416,2 Milhões de depreciação acumulada, após ajustes de impairment efetuado em 2021, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.
- Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso das práticas contábeis.
- Testamos a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como comparamos as projeções com as expectativas dos mercados e setores em que a Companhia atua.
- Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração.
- Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **RG Estaleiro S.A. Em recuperação judicial** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.



DAVI & CORRÊA
AUDITORES INDEPENDENTES

20 ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.03.28 20:07:
38-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	140	153	742	13.027
Contas a receber	6	-	-	3.322	-
Adiantamentos à fornecedores		-	-	732	686
Tributos a compensar	7	753	810	18.152	21.816
Outros ativos		-	-	58	15.668
		893	963	23.006	51.197
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	6	-	6
Contas a receber	6	-	-	239.835	239.972
Conta corrente entre empresas	8	296.326	296.357	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	73
		296.326	296.363	239.835	240.051
Permanente					
Investimentos	9	212.820	4.375	-	-
Propriedades para investimento	10	-	-	2.116	2.116
Imobilizado	11	-	-	962.030	739.635
Intangível		-	-	-	-
		212.820	4.375	964.146	741.751
Total do ativo		510.039	301.701	1.226.987	1.032.999

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	12	114	1.061	2.831	5.953
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	411	338
Obrigações fiscais	13	144	2.340	830	11.386
Adiantamento de clientes		-	-	-	100
Outros passivos		-	3.124	-	4.156
Parcelamento de tributos		-	-	-	878
		258	6.525	4.072	22.811
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Provisão para perda nos investimentos	9	127.514	34.566	-	-
Obrigações fiscais	13	49	-	1.369	-
Conta corrente entre empresas	8	330.618	332.171	408.326	412.872
Provisão para contingências	14	22.782	-	115.553	3
Credores da recuperação judicial	15	148	156	668.997	669.030
Outros passivos		-	-	-	-
		481.111	366.893	1.194.245	1.081.905
Patrimônio líquido					
	16				
Capital social		560.000	560.000	560.000	560.000
Reserva legal		55.375	68.890	55.375	68.890
Prejuízos acumulados		(528.588)	(653.189)	(528.588)	(653.189)
Resultado do exercício		(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
		28.670	(71.717)	28.670	(71.717)
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do passivo		510.039	301.701	1.226.987	1.032.999

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita bruta de serviços prestados		-	-	10.574	4.943
Impostos incidentes s/receitas				(867)	-
Receita operacional líquida	17	-	-	9.707	4.943
Custos operacionais	18	-	-	(5.377)	(6.540)
Lucro Bruto		-	-	4.330	(1.597)
Despesas administrativas	19	(338)	(75)	(13.212)	(12.824)
Depreciação e amortização		-	-	(52.015)	(36.956)
Outras receitas e despesas operacionais	20	-	-	859	69
Resultado de equivalência patrimonial		(58.111)	(47.312)	-	-
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(58.449)	(47.387)	(60.038)	(51.308)
Receitas financeiras	21	619	(14)	633	109
Despesas financeiras	22	(173)	(17)	(537)	(475)
Outras receitas e outras despesas	23	-	-	1.939	4.256
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(58.003)	(47.418)	(58.003)	(47.418)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(114)	-	(114)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	-		
Lucro líquido do exercício		(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Participação de acionistas controladores		-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	560.000	68.890	(1.080.878)	(451.988)
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(47.418)	(47.418)
MEP Ajustes de exercícios anteriores	-	-	427.689	427.689
Saldos em 31 de dezembro de 2020	560.000	68.890	(700.607)	(71.717)
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	(58.117)	(58.117)
MEP Ajustes de exercícios anteriores	-	-	173.608	173.608
Ajustes de exercícios anteriores	-	(13.515)	(1.589)	(15.104)
Saldos em 31 de dezembro 2021	560.000	55.375	(586.705)	28.670

RG ESTALEIRO S.A. Em recuperação judicial
CNPJ 12.487.364/0001-27

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do exercício	(58.117)	(47.418)	(58.117)	(47.418)
Variações dos ativos operacionais				
Equivalência patrimonial	58.111	47.312	-	-
Depreciação e Amortização	-	-	52.015	36.956
Variações dos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(3.185)	990
Adiantamentos à fornecedores	-	-	(46)	616
Tributos a compensar	57	(26)	3.664	(1.140)
Outros ativos	-	-	15.610	(50)
Depósitos judiciais	-	-	73	-
Conta corrente entre empresas	31	778	-	-
Aplicações financeiras	6	138	6	138
Variações dos passivos operacionais				
Fornecedores	(947)	457	(3.123)	(1.525)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(40)
Obrigações fiscais	(2.147)	(402)	(9.187)	(13.999)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	73	24
Adiantamentos de clientes	-	-	(100)	100
Outros passivos	(3.124)	7	(4.156)	7
Provisão para contingências	22.782	-	115.550	-
Credores da recuperação judicial	(8)	-	(33)	(71)
Conta corrente entre empresas	(1.555)	(897)	(4.547)	19.516
Parcelamento de tributos	-	-	(878)	(16.388)
Caixa proveniente das atividades operacionais	73.206	47.367	161.736	25.134
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Ajustes de estorno dos lançamentos do PL (2019)	-	-	(274.409)	(391.835)
Caixa proveniente das atividades de investimento	-	-	(274.409)	(391.835)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ajustes de exercícios anteriores no PL	158.505	427.689	158.505	427.689
MEP Ajustes de exercícios anteriores no investimento	(173.607)	(427.689)	-	(2.116)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(15.102)	-	158.505	425.573
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(51)	(12.285)	11.454
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	153	204	13.027	1.573
No final do exercício	140	153	742	13.027
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13)	(51)	(12.285)	11.454

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A RG Estaleiros S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”) é uma entidade de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída em 5 de agosto de 2010, com endereço registrado à Alameda Araguaia, nº 3.571, conj. 2019, Centro Empresarial, Tamboré, Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades sob a forma de sócia, acionista ou quotista, podendo ainda deter a propriedade, por si ou terceiros, de áreas e instalações destinadas a implantação de estaleiros e instalações de apoio a construções navais.

A Companhia teve as ações representativas de seu capital alienadas em 15 de outubro de 2010 para o “Fundo de Investimento em Participações RG Estaleiros” (FIP RG ESTALEIROS), que é administrado pela Caixa Econômica Federal, tendo como cotistas a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. (ECOVIX) e a Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), à razão de 75% e 25%, respectivamente.

Em 20 de março de 2012, a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. alienou para a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110 milhões, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos.

Em 16 dezembro de 2013, a FIC FIP Jackson Empreendimentos S.A. alienou para a ECOVIX Construções Oceânicas S.A., 19,54% das cotas que possuía no FIP RG ESTALEIROS, pelo valor de R\$ 110 milhões, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos.

A Companhia foi, inicialmente, constituída com o propósito de adquirir o controle acionário da WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A. (atual RG Estaleiro ERG1 S.A.- Em recuperação judicial) e da WTorre Óleo e Gás Construções Navais S.A. (atual RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial).

Em 16 de dezembro de 2016, o Grupo Ecovix ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. O pedido engloba também as companhias Ecovix, ERG 1, ERG 2 e ERG 3. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

Dentre as razões para o pedido de recuperação judicial está o nível de endividamento, a falta de financiamento de novas fontes e a incapacidade em participar de licitações.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

1.2 RG Estaleiro ERG 1 S.A.

O RG Estaleiro ERG 1 S.A. – Em recuperação judicial (ERG1), anteriormente denominada WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A., é uma entidade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2003, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. O ERG1 tem como objeto social deter a propriedade de estaleiros, dique seco e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento mercantil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da WTorre ERG Empreendimentos Navais e Portuários S.A. para RG Estaleiro ERG1 S.A., quando da transferência de controle societário para a RG Estaleiros S.A.

O ERG1 detém, entre seus ativos, o maior dique seco do Hemisfério Sul, tendo acesso direto a uma das áreas de maior profundidade naval do território brasileiro, favorável à navegação de modernas embarcações, sobretudo de grande porte, o que lhe garante importantes aspectos físicos para a construção de embarcações navais e oceânicas que serão necessárias ao desenvolvimento dos projetos de exploração das reservas nacionais do pré-sal.

1.3 RG Estaleiro ERG 2 S.A.

A RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial (ERG2), anteriormente denominada WTorre Óleo e Gás S.A., é uma entidade de capital fechado, com sede social no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. A ERG2 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e neles construir estaleiros e instalações de apoio às construções navais, administrando e explorando comercialmente estas instalações por meio de arrendamento.

A ERG2 teve seu controle acionário transferido para a RG Estaleiros S.A. em 15 de outubro de 2010, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em 2 de junho de 2010 entre WTorre S.A. e RG Estaleiros S.A.

O ERG2 possui uma estrutura montada para montagem de DRUs (Drill Rig Units ou Drillships – navios sonda). Para tanto, este possui dois slipways (rampas de lançamento) que permitem a montagem dos navios em terra e o posterior lançamento ao mar. Além disso, a área possui um cais de acabamento para auxiliar nas finalizações dos navios, prédios administrativos e diversas benfeitorias que fabricam materiais utilizados tanto na produção do ERG1 quanto na do ERG2. Entre estas benfeitorias, existem oito galpões de acabamento dos blocos (pintura); fábrica de painéis e blocos; subestação principal e utilidades; galpão fabricação de blocos curvos e oficinais de apoio; e uma área para pré-edificação.

1.4 RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A.

A RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial (“ERG3”) é uma entidade de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2011, com sede social no Município de Rio Grande, Estado de Rio Grande do Sul. A ERG3 tem como objeto social deter a propriedade de terrenos e instalações industriais de apoio às construções navais e offshore, administrando e explorando comercialmente estas instalações através do processamento, industrialização e beneficiamento de aço, podendo também efetuar o arrendamento dessas áreas e operações.

Destaca-se que o ERG 3 ainda não possui atividade operacional, apenas a propriedade imobiliária. Não obstante, com o investimento numa estrutura de integração efetiva deste aos ERG1 e ERG2, o ERG3 pode funcionar como retroárea.

Em 2014, a RG Estaleiro ERG 3 Industrial S.A. (“ERG3”) firmou Contrato de Locação Comercial com a ECOVIX Construções Oceânicas S.A. para locação de uma área de 248.349,20 m² pelo prazo de 5 anos.

A área foi utilizada para armazenagem de materiais e equipamentos para industrialização e consumo para uso próprio da locatária. A remuneração desse Contrato de Locação Comercial foi paga de acordo com a área ocupada e foi responsável pela geração das receitas no ERG3.

Em 22 de outubro de 2014, a FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler - RS, nos termos do processo nº 10296-05-67/13-8, emitiu a Licença de Operação LO nº 786/2014-DL para a ERG3, envolvendo o empreendimento 179.068 situado à Av. Almirante Maximiano Fonseca, 3998, KM 6, BR392 Distrito Industrial, Rio Grande (RS) CEP 96204-040, para a atividade de fabricação de blocos e estruturas metálicas.

Em 04 de dezembro de 2015, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – concedeu a autorização geral nº 00384/2015-DL referente processo 1171-05.67/15.0 para que a área do ERG3 fosse utilizada para armazenamento temporário de estruturas metálicas para construção de linha de transmissão, outfits de embarcações e torres de concreto

1.5 Partes relacionadas

As receitas da Companhia e suas controladas decorreram substancialmente de receita de aluguel de instalações para a controladora indireta ECOVIX Construções Oceânicas S.A., da qual possuem dependência para a realização das citadas operações. A ECOVIX Construções Oceânicas S.A. é controlada direta da Nova Participações S.A., que, por sua vez, também controla a Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. e a Engevix Sistemas de Defesa Ltda. (dentre outras).

2. Entidades do grupo

Controladas	Nota	País	Participação acionária	
			2021	2020
RG Estaleiro ERG1 S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG2 S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%
RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – Em recuperação judicial	9	Brasil	100%	100%

A Companhia recebe substancialmente todos os benefícios relacionados às suas operações e ativos líquidos com base nos termos contratuais sob os quais a entidade foi estabelecida. Consequentemente, a Companhia consolida todas as investidas.

3. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e

as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas, lado a lado, em um único conjunto de demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

a) Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes à extinção de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são, geralmente, transferidos no resultado do exercício.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

b) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como

incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras e bancos conta vinculada registrado no ativo não circulante.

iii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

iv) Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, exceto quando retidos por deliberação unânime dos acionistas da Companhia.

c) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e demais condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, pelo método linear, de acordo com as taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa nº 10.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão para redução ao valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Administração não identificou a necessidade de ajustes de seus ativos financeiros ao valor recuperável.

ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado, investimentos, intangível e propriedades

para investimento.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado

e) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo método do custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos durante a fase de construção.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g) Receita operacional e receitas/despesas financeiras

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem basicamente juros de fornecedores e tributos.

ii) Receitas de serviços

As receitas de serviços derivam de contratos de reparo naval e top off na controlada ERG1.

h) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas, registraram o imposto de renda diferido ativo líquido (Nota explicativa nº 26). A Companhia espera recuperar o imposto de renda diferido ativo nas controladas em exercícios futuros na medida em que sejam gerados os lucros futuros previstos no seu plano de negócios.

i) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco conta movimento	140	153	249	215
Aplicações financeiras (i)	-	-	493	12.812
	140	153	742	13.027

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

O valor circulante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.322 no balanço consolidado refere-se a contratos da controlada ERG1 de serviços de reparo naval e top off.

O valor de R\$ 239.835 (R\$ 239.972 em 31 de dezembro de 2021) relativo ao contas a receber (não circulante) refere-se aos recibos de alugueis de contratos entre ECOVIX e ERG's, que constam em aberto desde 2015 quando estes contratos estavam em operação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais (CP)	-	-	3.322	-
Clientes nacionais (LP)	-	-	239.835	239.972
	-	-	243.157	239.972

2021	RGE	ERG1	ERG2	ERG3
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (CP)	-	2.861	-	-
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (LP)	-	6.216	230.369	2.706
Clientes serviços de reparo e top off (CP)	-	1.005	-	-
	-	10.082	230.369	2.706

2020	RGE	ERG1	ERG2	ERG3
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (LP)	-	7.071	230.045	2.706
Demais clientes	-	150	-	-
	-	7.221	230.045	2.706

7. Tributos a compensar

O saldo de tributos a compensar referem-se a créditos de retenção de notas fiscais de prestação de serviço e apuração de créditos de pis e confins oriundos das operações de exportação e da depreciação de ativos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR e CS a Compensar	114	810	130	2.979
Saldo Negativo IR e CS	639	-	2.029	-
Pis e COFINS a recuperar (i)	-	-	15.993	15.656
Demais tributos a recuperar	-	-	-	3.181
	753	810	18.152	21.816

8. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora.

A controladora direta da Companhia é o FIP RG Estaleiros e a controladora final é a Nova Participações S.A.

Os saldos em aberto entre as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	47.233	47.264	-	-
RG Estaleiro ERG2 S.A.	249.093	249.093	-	-
	296.326	296.357	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	296.326	296.357	-	-

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RG Estaleiro ERG3 S.A.	1.421	1.421	-	-
Ecovix Construções Oceânicas S.A.	329.197	330.750	408.326	412.872
	330.618	332.171	408.326	412.872
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	330.618	332.171	408.326	412.872

Companhias pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia.

9. Investimento (controladora)

Os investimentos são contabilizados na controladora pelo método da equivalência patrimonial e representam a participação de 100% da Companhia em suas subsidiárias RG Estaleiro ERG 1 S.A., RG Estaleiro ERG 2 S.A. e na RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A.

O saldo de investimento é eliminado contra o patrimônio líquido da subsidiária no processo de consolidação dos balanços.

O saldo da conta de investimento está composto como segue:

a) Movimentação dos investimentos diretos (controladora)

	Saldo inicial dos investimentos 2021	Ajustes de exercícios anterior (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos 2021
RG Estaleiro ERG1 S.A.	(22.896)	258.476	(28.058)	207.521
RG Estaleiro ERG2 S.A.	(11.670)	(85.819)	(30.025)	(127.514)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	4.375	951	(28)	5.298
	(30.191)	173.608	(58.111)	85.305

	Saldo inicial dos investimentos 2020	Ajustes de exercícios anterior (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos 2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	(22.149)	14.462	(15.209)	(22.896)
RG Estaleiro ERG2 S.A.	(390.808)	411.111	(31.973)	(11.670)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	2.389	2.116	(130)	4.375
	(410.568)	427.689	(47.312)	(30.191)

(i) Em 2019 foi reconhecido no patrimônio líquido o custo com a construção das edificações e benfeitorias dos ERG's, porém por se tratar de ativos em uso pela Companhia, em 2020 e 2021 foi revertido este ajuste para constituir novamente o ativo imobilizado e depreciar no decorrer de sua vida útil e utilização.

	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2021	Patrimônio líquido em 31/12/2021
RG Estaleiro ERG1 S.A.	423.256	100%	(28.058)	235.579
RG Estaleiro ERG2 S.A.	160.942	100%	(30.025)	(97.489)
RG Estaleiro ERG3 S.A.	757	100%	(28)	5.326
	584.955	100%	(58.111)	143.417

	Quantidades de ações/quotas Ordinárias (em unidades)	% Participação direta	Resultado do exercício 2020	Patrimônio líquido em 31/12/2020
RG Estaleiro ERG1 S.A.	423.256	100%	(15.209)	(7.687)
RG Estaleiro ERG2 S.A.	160.942	100%	(31.973)	20.303
RG Estaleiro ERG3 S.A.	757	100%	(130)	4.505
	584.955	100%	(47.312)	17.121

10. Propriedade para investimento

O saldo é referente ao terreno do ERG3.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Terreno	-	-	2.116	2.116
	-	-	2.116	2.116

11. Imobilizado (consolidado)

a) Composição do imobilizado

Imobilizado	Taxas anuais de depreciação %	2021			2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	
TERRENOS	20	14.848	-	14.848	7.248	
EDIFICACOES	20	855.144	(278.924)	576.221	330.887	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	268	(245)	23	55	
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20	-	-	-	86	
VEÍCULOS	20	72	(72)	-	156	
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	441.438	(97.987)	343.451	391.448	
INSTALAÇÕES	10	3	(3)	-	9.755	
FERRAMENTAS	15	66.499	(39.011)	27.487	-	
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	
		1.378.272	(416.242)	962.030	739.635	

b) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/20	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Baixas	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Saldo em 31/12/21
TERRENOS	7.248	-	7.600	-	-	-	14.848
EDIFICAÇÕES	457.012	-	384.161	-	(1)	13.972	855.144
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	466	2	-	-	(260)	60	268
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	176	-	(84)	-	(67)	(25)	-
VEÍCULOS	461	-	-	-	-	(389)	72
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	494.939	72	(9.829)	-	(622)	(43.122)	441.438

INSTALAÇÕES	36.938	-	65	-	-	(37.000)	3
FERRAMENTAS	-	-	-	-	-	66.499	66.499
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-	-
DIREITO DE SOFTWARES*	-	-	-	-	-	5	-
	997.240	74	381.913	-	(950)	-	1.378.272

* Custo contabilizado no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

c) Movimentação da depreciação

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2020	Adições	Estorno da baixa para o PL (2019)	Sobras Contábeis (Inventário)	Transferências (Inventário)	Ajustes	31/12/2021
TERRENOS	20	-	-	-	-	-	-	-
EDIFICACOES	20	(126.125)	(33.880)	(107.565)	-	(11.354)	-	(278.924)
MOVEIS E UTENSILIOS	10	(412)	(39)	-	255	(49)	-	(245)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	20	(90)	(1)	-	67	24	-	-
VEICULOS	20	(306)	(32)	-	-	266	-	(72)
FERRAMENTAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	(103.491)	(14.179)	-	615	19.068	-	(97.987)
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - LEASING	20	-	-	-	-	-	-	-
VEICULOS - LEASING	20	-	-	-	-	-	-	-
INSTALACOES	10	(27.181)	(3.078)	-	1	30.255	-	(3)
FERRAMENTAS	15	-	(806)	-	-	(38.205)	-	(39.011)
DIREITO DE SOFTWARES*		-	-	-	-	(5)	-	-
		(257.605)	(52.015)	(107.565)	938	-	-	(416.242)

* Amortização contabilizada no ativo intangível, está nesta composição a título de demonstração, uma vez que, houveram transferências de categorias de imobilizado e intangível no inventário de ativos da Companhia e suas controladas.

12. Fornecedores

Os saldos estão, principalmente, representados por fornecedores de utilidades e serviços para manutenção da infraestrutura do estaleiro nas controladas ERG1 e ERG2, estão representados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais (i)	114	452	2.831	4.359
Outras contas a pagar	-	609	-	1.594
	114	1.061	2.831	5.953

(i) Em 2021 Saldo da controladora refere-se a ao parcelamento de Impostos Federais "DEBITOS PREVIDENCIARIOS – INSS, não confessados de competência de 12/2015 a 04/2016, com pagamento em 60 parcelas (deferido em 27/04/2020).

13. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE				
ISS	-	-	149	518
ICMS (ii)	-	-	-	(3)
PIS E COFINS (ii)	30	8	313	(339)
IRPJ E CSLL	114	2.258	114	1.530
IR Retido	-	-	24	561
INSS	-	74	179	319
CSRF Retido (i)	-	-	-	7.978
FGTS	-	-	51	80
Outros Impostos	-	-	-	742
	144	2.340	830	11.386

(i) Saldo Reclassificado para contingências fiscais em 2021.

(ii) Os saldos foram reconciliados em 2021.

Controladora

Consolidado

NÃO CIRCULANTE	2021	2020	2021	2020
Parcelamento impostos municipais (i)	-	-	743	-
Parcelamento impostos federais (ii)	49	-	626	-
	49	-	1.369	-

(i) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Municipais “DEBITOS DE IPTU – REFIS, de competência de 2018 A 2021 nas controladas ERG1 e ERG2 com pagamento em 12 parcelas (deferido em 27/08/2021).

(ii) Saldo referente ao parcelamento de Impostos Federais “MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO – ECF, de competência de 2019

14. Provisões para contingências (consolidado e controladora)

A Companhia reconheceu em suas Demonstrações Financeiras um passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 115.553, relacionado a reclamações tributárias, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Contingências tributárias (i)	115.553	-
	115.553	-

(i) A Companhia fez baixa do saldo anterior das contingências tributárias para o patrimônio líquido. Em 2021 estes valores foram ajustados e reclassificados para o passivo judicial por se tratarem de processos com desembolso de caixa considerados prováveis e que devem ser contabilizados conforme normativas contábeis.

Composição por empresa em 31 de dezembro de 2015	Contingências tributárias	Total
Controladora	22.782	22.782
RG Estaleiro ERG 1 S.A.	2.297	2.297
RG Estaleiro ERG 2 S.A.	90.474	90.474
	115.553	115.553

15. Credores da recuperação judicial

A Companhia e suas controladas apresentaram a propositura da Recuperação Judicial que ocorreu em 16/12/2016, e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023. Dessa forma, a Companhia está reestruturando um passivo de 670 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

Classes	Controladora	Consolidado
CLASSE III - CREDITORES REC. JUD. - QUIROGRAFARIO	148	667.824
CLASSE IV - CREDITORES REC. JUD. - EM/EPP	-	1.206
	148	669.030

O passivo com credores bancários na controlada ERG2 representa 98% do passivo total do consolidado, uma vez que, consiste em um montante de aproximadamente R\$ 656 milhões.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 560.000, representado por 560.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após absorção de prejuízos acumulados, até o limite de 20% do capital social.

17. Receita operacional líquida

As receitas de serviços decorrem do contrato de reparo naval e serviços de top off da controlada ERG1.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de serviços	-	-	10.574	4.943
Impostos incidentes	-	-	(867)	-
Receita líquida	-	-	9.707	4.943

18. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos com pessoal	-	-	(2.066)	(1.823)
Custos de utilidade e serviços	-	-	(877)	(1.705)
Custos com materiais	-	-	(528)	(989)
Custos gerais	-	-	(116)	(227)
Custos com serviços contratados	-	-	(1.790)	(1.796)
	-	-	(5.377)	(6.540)

19. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	-	-	(6.045)	(5.840)
Despesas de ocupação, utilidades e serviços	-	-	(2.671)	(4.779)
Serviços prestados por terceiros	-	-	(1.619)	(491)
Despesas com materiais	-	-	(85)	(532)
Despesas com tributos e taxas	-	-	(660)	(406)
Despesas Indedutíveis	-	-	(151)	-
Perdas de créditos	(163)	-	(1.401)	-
Outras despesas gerais	73	(74)	(152)	(775)
Provisão de contingências	(248)	-	(428)	-
	(338)	(74)	(13.212)	(12.823)

20. Outras receitas e despesas operacionais

	2021	2020	2021	2020
Receita de locação (i)	-	-	732	69
Recuperação de despesas (i)	-	-	126	-
	-	-	858	69

(i) Receita de locação da controlada ERG1 referente aluguel da infraestrutura do estaleiro.

21. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	-	101	10	272
Juros Selic recebidos (i)	649	-	654	-
Descontos obtidos	-	-	1	2
Pis e COFINS s/. receita financeira	(30)	(116)	(32)	(165)
	619	(15)	633	109

(i) Juros Selic na controladora referente a atualização de crédito de INSS.

22. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tarifas bancárias	(2)	-	(42)	(52)
IOF	-	-	(6)	(10)
Juros pagos por tributos e fornecedores	(171)	(17)	(489)	(413)
	(173)	(17)	(537)	(475)

23. Outras receitas e outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Baixa por inutilização ou quebra de ativo imobilizado	-	-	(13)	-
Outras despesas	-	-	(957)	(994)
Outras receitas	-	-	379	5.250
Crédito de pis e COFINS vinculado a custos e despesas	-	-	2.530	-
	-	-	1.939	4.256

24. Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente apurada em 2021 decorre do resultado tributável registrado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas ERG1, ERG2 e ERG3, calcularam o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	(58.231)	(47.418)	(116.342)	(94.730)
Adições				
Demais despesas não dedutíveis	-	74	43	164
Provisões não dedutíveis	248	-	2.545	-
Perdas	163	-	1.407	591
Equivalência Patrimonial	58.111	47.312	58.111	47.312
Exclusões				
Provisões não dedutíveis	-	-	(2.117)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	291	(32)	(56.353)	(46.663)
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	87	-	87	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	204	(32)	(56.440)	(46.663)
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	49	-	49	-

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

25. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base de cálculo dos tributos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja algum fator relevante que venha modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido				
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	-	-	(58.111)	(47.312)
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	-	-	1.466	681
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	-	-	(19.259)	(15.855)

Os créditos tributários decorrentes da existência de saldos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social na data das demonstrações contábeis não foram reconhecidos como ativo da Companhia.

Com base nas projeções de lucro tributável para os próximos anos, a Companhia espera realizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos próximos cinco anos apenas na controladora indireta Ecovix Construções Oceânicas S.A. e por este motivo apenas nas demonstrações financeiras da controladora indireta que possui saldo de diferido registrado.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Controladora							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	140	-	-	140	153	-	-	153
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta corrente entre empresas	-	296.326	-	296.326	-	296.357	-	296.357
	140	296.326	-	296.466	153	296.357	-	296.510
Passivos								
Conta corrente entre empresas	-	-	330.618	330.618	-	-	332.171	332.171
Fornecedores	-	-	114	114	-	-	1.061	1.061
	-	-	330.732	330.732	-	-	333.232	333.232

Instrumentos financeiros	Consolidado							
	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	742	-	-	742	13.027	-	-	13.027
Contas a receber de clientes	-	3.322	-	3.322	-	-	-	-
	742	3.322	-	4.064	13.027	-	-	13.027
Passivos								
Conta corrente entre empresas	-	-	408.326	408.326	-	-	412.872	412.872
Fornecedores	-	-	2.830	2.830	-	-	5.953	5.953
	-	-	411.157	411.157	-	-	418.825	418.825

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez;
Risco de mercado;
Risco operacional.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e por suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de

investimento.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais dos clientes de suas controladas ERG1, ERG2 e ERG3.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. No entanto, dentro dos limites impostos pelo mercado atual, encerramentos dos contratos, crise no setor naval na última década e covid-19 que afetaram os negócios nos últimos 2 anos, a Companhia está em processo de assinatura de aditivo do plano de recuperação judicial e com estratégia de novos negócios, para que seja possível o cumprimento das obrigações dentro deste período proposto.

A Companhia conta ainda com o suporte financeiro da sua matriz, caso tenha alguma dificuldade em cumprir com suas obrigações financeiras de curto prazo.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem os ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora ativamente as oscilações de mercado. No entanto nas operações atuais a companhia não possui contratos ativos em moeda estrangeira, bem como investimentos e empréstimos.

Riscos operacionais

A abordagem de gestão de riscos adotada pela Companhia e suas controladas é realizada por um grupo especificamente dedicado, e baseia-se em um processo permanente e retroalimentado de planejamento para a gestão de riscos, identificação dos riscos, planejamento de respostas a riscos e monitoramento e controle das respostas a riscos. Todo esse processo é efetuado por uma empresa terceira pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia.

O processo de planejamento para a gestão de riscos consiste em decidir a forma de abordagem, estabelecer padrões, definir as ferramentas adequadas e executar as atividades associadas à gestão de riscos do empreendimento.

O processo de identificação dos riscos é permanente e começou no início do empreendimento. As ferramentas e técnicas utilizadas no processo de incluem reuniões, entrevistas, observação, workshops, brainstorming, entre outros.

O processo de planejamento de respostas a risco constitui na definição das estratégias mais adequadas para enfrentar e mitigar os riscos de acordo com sua natureza e classificação de prioridade.

O monitoramento e controle de riscos é uma atividade contínua que tem como objetivos principais: a reavaliação dos riscos identificados, monitoramento da efetividade das respostas aplicadas, identificação de novos riscos, execução de auditorias de risco, entre outras.

Ao longo dos anos a Companhia está gradativamente mudando suas estratégias de foco de negócios, ainda sim, vem mantendo monitoramento contínuo de mitigação desses riscos.

Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais são potenciais danos gerados ao meio ambiente pela atividade econômica e que, portanto, podem ter origem em setores variados. Além da organização causadora do dano ambiental, existem agentes externos que podem ser considerados corresponsáveis em caso de ocorrências dessa natureza. De acordo com a atividade e porte das construções desenvolvidas, as exposições a substâncias químicas e processos mecânicos podem causar danos ao meio ambiente e aos indivíduos, dependendo de sua concentração, intensidade, suscetibilidade e tempo de exposição. Estes riscos são permanentemente tratados através de uma sistemática de gestão baseada nas normas ISO 14001 – Gestão Ambiental e IS 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, que analisa os aspectos e impactos, e perigos e riscos a que a Companhia está sujeita no dia a dia, na preparação das respostas e no monitoramento e medição das características principais de suas operações que possam ter impacto significativo. O processo se completa pela Análise Crítica do Sistema de Gestão realizada pela Alta Administração que é realizada em periodicamente.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são equivalentes aos seus valores contábeis.

27. Cobertura de seguro

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, as coberturas de seguros são conforme segue:

	ERG1	ERG2	ERG3	RGE
Riscos Operacionais e Lucros Cessantes	N/A	N/A	N/A	N/A
Responsabilidade Civil	N/A	300.000,00	N/A	N/A
Danos Materiais	100.000,00	N/A	N/A	N/A
Danos Corporais	100.000,00	N/A	N/A	N/A
Danos Morais / Estéticos	5.000,00	N/A	N/A	N/A
Riscos de Engenharia	N/A	N/A	N/A	N/A
Frota	N/A	N/A	N/A	N/A
Colisão/Incêndio/Roubo/Furto	100% Tabela Fipe	N/A	N/A	N/A

28. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022.

Lucas Clemente Guimarães de Díaz
Diretor

Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 0417360 8 RS

RGE - Relatório dos Auditores Independentes 2021 Consolidado.pdf

Documento número #2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5

Hash do documento original (SHA256): 7707c3a010ff09c6a13f5490a65a68ad47f9f5c2460f235aa6ae4f4e1018e8c8

Assinaturas

✓ **Tuany Caroliny Costa**
CPF: 088.765.359-69
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 14:43:31
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

✓ **Lucas Clemente Guimarães de Diaz**
CPF: 189.339.618-52
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 15:57:00
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

✓ **Rodrigo da Cunha Contro**
CPF: 246.727.028-98
Assinou como parte em 07 abr 2022 às 18:54:34
Emitido por Clicksign Gestão de Documentos S.A.

Log

- 07 abr 2022, 14:35:33 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 criou este documento número 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5. Data limite para assinatura do documento: 07 de maio de 2022 (14:33). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: tuany.costa@ecovix.com, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Tuany Caroliny Costa e CPF 088.765.359-69.
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: lucas.diaz@guimaraesdiaz.com.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lucas Clemente Guimarães de Diaz.

-
- 07 abr 2022, 14:35:59 Operador com email contabil.sign@novaengevix.com.br na Conta e782d809-5b19-40c2-8c59-8320675ec2b4 adicionou à Lista de Assinatura: rodrigo@contro.adv.br, para assinar como parte, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rodrigo da Cunha Contro .
- 07 abr 2022, 14:43:31 Tuany Caroliny Costa assinou como parte. Pontos de autenticação: email tuany.costa@ecovix.com (via token). CPF informado: 088.765.359-69. IP: 189.90.57.126. Componente de assinatura versão 1.239.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 15:57:00 Lucas Clemente Guimarães de Diaz assinou como parte. Pontos de autenticação: email lucas.diaz@guimaraesdiaz.com.br (via token). CPF informado: 189.339.618-52. IP: 189.100.70.200. Componente de assinatura versão 1.239.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 18:54:34 Rodrigo da Cunha Contro assinou como parte. Pontos de autenticação: email rodrigo@contro.adv.br (via token). CPF informado: 246.727.028-98. IP: 189.102.69.231. Componente de assinatura versão 1.240.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 abr 2022, 18:54:34 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 2f85244b-2c3f-42ef-8068-81c13eb892e5, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	jan/22	dez/21		jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.536	863	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	16.260	18.600	Fornecedores	6.627	6.008
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.038	903
Adiantamento a Fornecedores	3.239	3.311	Obrigações Fiscais	1.074	1.294
Tributos a Compensar	81.168	81.717	Adiantamento de Clientes	38.519	38.524
Outros Ativos	122	1.278	Receitas Diferidas	-	-
	<u>102.324</u>	<u>105.769</u>	Parcelamento Tributos	279	279
			Outros Passivos	-	-
				<u>47.537</u>	<u>47.008</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	16	16	Receitas Diferidas	66.395	68.290
Partes Relacionadas	78.399	80.104	Partes Relacionadas	-	-
Ativo Fiscal Diferido	48.330	48.330	Adiantamento de Clientes LP	33.323	33.323
Depósitos Judiciais	29.754	29.754	Provisão para Contingência	308.803	308.803
Outros Recebíveis	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
	<u>156.499</u>	<u>158.204</u>	Outros Credores Diversos (PRJ)	7.371.765	7.372.037
			Parcelamento Tributos LP	2.339	2.343
			Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	523	523
				<u>7.783.148</u>	<u>7.785.319</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	20.000	20.000
Imobilizado	1.003.741	1.003.091	Reservas Legais	63.029	63.029
Intangível	267	267	Prejuízos Acumulados	(6.645.382)	(6.601.125)
	<u>1.006.124</u>	<u>1.005.474</u>	Resultado do Exercício	(2.859)	(44.257)
			Participações de não controladores	(527)	(527)
				<u>(6.565.739)</u>	<u>(6.562.880)</u>
Total do Ativo	1.264.946	1.269.447	Total do Passivo	1.264.946	1.269.447

Tuany Costly Costa
Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO: 12533952761
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=IR, INFO@RFBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 Dados: 2022.03.01 16:59:38 -0300'

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
 CRAHIM DE
 MELLO:12533952761
 1

Ana Catharina Crahim de Mello
 Diretora

**ROBSON
 AUGUSTO
 PASSOS:21875
 271821**

Assinado de forma digital por
 ROBSON AUGUSTO
 PASSOS:21875271821
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
 da Receita Federal do Brasil - RFB,
 ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO),
 ou=14367856000104, ou=presencial,
 cn=ROBSON AUGUSTO
 PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.01 13:10:03 -0300'

Robson Augusto Passos
 Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	1.674	11.509
Serviços Cancelados	(130)	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	(66)	(868)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(508)	(5.438)
Lucro Bruto	971	4.285
Despesas Administrativas	(5.765)	(45.615)
Depreciação e Amortização	-	(91.957)
Outras receitas e despesas operacionais	1.812	26.908
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro Operacional	(2.983)	(106.378)
Receitas Financeiras	1	673
Despesas Financeiras	(11)	(1.136)
Varição Cambial	(3)	(0)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(13)	(464)
Outras receitas e outras despesas	11	4.581
Resultado antes dos impostos	(2.984)	(102.260)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Minoritário	31	14.529
Resultado do Exercício	(2.953)	(87.845)


Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=25268422000173, cn=TUANY CAROLINY COSTA:08876535969
Dados: 2022.02.28 14:53:04 -03'00'

Tuany Carolyn Costa

Contadora

CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952761

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=IR INFORMAR/INE, ou=Videoconferencia, ou=1669061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 17:02:23 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello

Diretora

**ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218752
71821**

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:10:45 -03'00'

Robson Augusto Passos

Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Passivo	Controladora	
	jan/22	dez/21		jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	84	120	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	16.260	18.600	Fornecedores	3.911	3.382
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	495	491
Adiantamento a Fornecedores	2.269	2.579	Obrigações Fiscais	268	464
Tributos a Compensar	63.326	63.565	Adiantamento de Clientes	38.519	38.524
Outros Ativos	1.254	1.219	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	279	279
			Outros Passivos	-	-
	<u>83.192</u>	<u>86.083</u>		<u>43.471</u>	<u>43.140</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	16	16	Receitas Diferidas	66.395	68.290
Partes Relacionadas	486.214	488.430	Partes Relacionadas	-	-
Ativo Fiscal Diferido	48.330	48.330	Adiantamento de Clientes LP	33.323	33.323
Depósitos Judiciais	29.754	29.754	Provisão para Contingência	193.250	193.250
Outros Recebíveis	-	408	Provisão para Perda em Investimentos	1.583	1.583
			Outros Credores Diversos (PRJ)	6.943.720	6.944.290
			Parcelamento Tributos LP	974	974
			Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	523	523
	<u>564.314</u>	<u>566.939</u>		<u>7.239.768</u>	<u>7.242.232</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	20.000	20.000
Imobilizado	70.256	69.731	Reservas Legais	63.029	63.029
Intangível	267	267	Prejuízos Acumulados	(6.645.382)	(6.601.125)
			Resultado do Exercício	(2.859)	(44.257)
	<u>70.522</u>	<u>69.998</u>	Participações de não controladores	-	-
				<u>(6.565.211)</u>	<u>(6.562.352)</u>
Total do Ativo	718.028	723.020	Total do Passivo	718.028	723.020

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA 208876535969

 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR.SP
 CERTIFICADOS, ou=25268422000173, ou=TUANY CAROLINY COSTA 208876535969
 Dados: 2022.03.01 14:51:22 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761

 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR.INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 Dados: 2022.03.01 17:01:11 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
 Diretora

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821

 Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.01 13:11:30 -03'00'

Robson Augusto Passos
 Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Controladora	
	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	5	16
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(42)	(61)
Lucro Bruto	(36)	(44)
Despesas Administrativas	(4.757)	(33.872)
Depreciação e Amortização	-	(39.942)
Outras receitas e despesas operacionais	1.929	26.051
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro Operacional	(2.865)	(47.808)
Receitas Financeiras	(1)	39
Despesas Financeiras	(2)	(599)
Variação Cambial	(3)	(0)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(5)	(560)
Outras receitas e outras despesas	11	2.642
Resultado antes dos impostos	(2.859)	(45.727)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Resultado do Exercício	(2.859)	(45.727)



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:09876533969
CAROLINY COSTA:09876533969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR.SP
CERTIFICADOS, ou=25268422000173,
cn=TUANY CAROLINY COSTA:09876533969
Dados: 2022.02.28 14:50:17 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:125339527
61

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR.INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 17:01:58 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:2187
5271821

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:12:09 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG1 S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	jan/22	dez/21	Passivo	jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.058	351	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	9.578	3.322	Fornecedores	2.191	2.715
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	543	411
Adiantamento a Fornecedores	970	731	Obrigações Fiscais	663	685
Tributos a Compensar	7.275	7.584	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	(1.145)	44	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>17.736</u>	<u>12.031</u>		<u>3.396</u>	<u>3.811</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1.062	1.052	Partes Relacionadas	72.283	72.795
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	2.297	2.297
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	7.250	7.250
Outros Recebíveis	-	6.761	Parcelamento Tributos LP	1.116	1.120
			Fornecedores LP	-	-
	<u>1.062</u>	<u>7.813</u>	Outros Passivos LP	-	-
				<u>82.945</u>	<u>83.461</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	423.256	423.256
Imobilizado	274.950	274.950	Reservas Legais	7.037	-
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(222.772)	(187.677)
			Resultado do Exercício	(113)	(28.058)
	<u>274.950</u>	<u>274.950</u>		<u>207.408</u>	<u>207.521</u>
Total do Ativo	293.749	294.793	Total do Passivo	293.749	294.793

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA.08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-SP
CERTIFICADOS, ou=25268422000173, cn=TUANY CAROLINY COSTA.08876535969
Dados: 2022.02.28 14:49:16 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO.12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-SP, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO.12533952761
Dados: 2022.03.01 17:02:57 -03'00'

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO
Diretor
12533952761

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS.21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS.21875271821
Dados: 2022.03.01 13:13:11 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG1 S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	1.669	11.493
Serviços Cancelados	- 130	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	- 66	(868)
Custo das vendas e dos serviços prestados	- 466	(5.377)
Lucro bruto	1.007	4.330
Despesas administrativas	(996)	(14.259)
Depreciação e Amortização	-	(18.860)
Outras receitas e despesas Operacionais	(117)	857
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	(106)	(27.932)
Receitas financeiras	1	14
Despesas financeiras	(9)	(317)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(7)	(303)
Outras receitas e outras despesas	(0)	177
Outras receitas e outras despesas	(113)	(28.058)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Lucro líquido do exercício	(113)	(28.058)



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:08876533969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR.SP.CERTIFICADOS, ou=3258842000175, cn=TIANY CAROLINY COSTA:08876533969
Dados: 2022.02.28 14:48:10 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952
761

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMBANK, ou=Videokonferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 17:03:49 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218752
71821

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:13:55 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG2 S.A.- Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	jan/22	dez/21	Passivo	jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	250	250	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	-	-	Fornecedores	0	2
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	-	1
Tributos a Compensar	9.815	9.815	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	13	15	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>10.077</u>	<u>10.081</u>		<u>0</u>	<u>3</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1	1	Partes Relacionadas	303.208	303.201
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	90.474	90.474
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	661.188	661.188
Outros Recebíveis	230.369	230.369	Parcelamento Tributos LP	179	179
			Fornecedores LP	-	-
	<u>230.369</u>	<u>230.369</u>	Outros Passivos LP	-	-
				<u>1.055.049</u>	<u>1.055.041</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	160.942	160.942
Imobilizado	687.080	687.080	Reservas Legais	33.824	33.824
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(322.279)	(292.254)
	<u>687.080</u>	<u>687.080</u>	Resultado do Exercício	(9)	(30.025)
				<u>(127.523)</u>	<u>(127.514)</u>
Total do Ativo	927.526	927.530	Total do Passivo	927.526	927.530

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA 0887635969
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=25269602000173, cn=TUANY CAROLINY COSTA 0887635969
 Dados: 2022.02.28 14:47:12 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16695061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
 Dados: 2022.03.01 17:05:04 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
 Diretora

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.01 13:15:24 -03'00'

Robson Augusto Passos
 Diretor

RG ESTALEIROS ERG2 S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.

(Em milhares de Reais)

	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas administrativas	(9)	1.411
Depreciação e Amortização	-	(33.155)
Outras receitas e despesas Operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	(9)	(31.744)
Receitas financeiras	0	1
Despesas financeiras	- 0	(45)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(0)	(44)
Outras receitas e outras despesas	-	1.763
Resultado antes dos impostos	(9)	(30.025)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Lucro líquido do exercício	(9)	(30.025)



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:2022.02.28 14:46:18 -03'00'
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=RP CERTIFICADOS, ou=3238842200073, cn=TIANY CAROLINY COSTA:2022.02.28 14:46:18 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:125339527
61

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMBANK, ou=Valeo Conferencia, ou=155096061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 17:05:58 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218752
71821

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:16:14 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG3 S.A.- Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	jan/22	dez/21	Passivo	jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	2.706	-	Fornecedores	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	-	-
Tributos a Compensar	-	-	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	-	-	Receitas Diferidas	-	-
	<u>2.707</u>	<u>1</u>	Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
				<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1.421	1.421	Partes Relacionadas	515	513
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	411	411
Outros Recebíveis	-	2.706	Parcelamento Tributos LP	21	21
	<u>1.421</u>	<u>4.127</u>	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
				<u>948</u>	<u>946</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	757	757
Imobilizado	-	-	Reservas Legais	597	597
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	3.944	3.972
	<u>2.116</u>	<u>2.116</u>	Resultado do Exercício	(3)	(28)
				<u>5.296</u>	<u>5.298</u>
Total do Ativo	6.244	6.244	Total do Passivo	6.244	6.244

Tuany Caroliny Costa

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA/0809533969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=25268422000173, ou=TUANY CAROLINY COSTA/0809533969
Dados: 2022.02.28 14:45:33 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=16696001000175, ou=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 17:06:56 -03'00'

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Ana Catharina Crahim de Mello

Diretora

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, ou=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:17:13 -03'00'

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821

Robson Augusto Passos

Diretor

RG ESTALEIROS ERG3 S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	jan/22	dez/21
Receita líquida operacional	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas administrativas	(3)	(25)
Depreciação e Amortização	-	-
Outras receitas e despesas Operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	(3)	(25)
Receitas financeiras	-	0
Despesas financeiras	- 0	(2)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(0)	(2)
Outras receitas e outras despesas	-	-
Resultado antes dos impostos	(3)	(28)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Lucro líquido do exercício	(3)	(28)


Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA:0887653969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=25268422000173, cn=TUANY CAROLINY COSTA:0887653969
Dados: 2022.03.28 14:44:50 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952
Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.01 11:07:58 -03'00'

761
Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:18:22 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

Engevix Sistemas de Defesa Ltda - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	jan/22	dez/21	Passivo	jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.375	4.045	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	-	-	Fornecedores	337	337
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	Obrigações Fiscais	53	51
Tributos a Compensar	123	113	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	-	-	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>2.498</u>	<u>4.158</u>		<u>391</u>	<u>388</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1.993	1.993	Partes Relacionadas	53.428	55.133
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Adiantamento de Clientes LP	-	-
Dividendos Pagos Antec.	45.164	45.164	Provisão para Contingência	4.874	4.874
Outros Recebíveis	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	-	-
			Outros Credores Diversos (PRJ)	-	-
			Parcelamento Tributos LP	46	46
			Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
	<u>47.157</u>	<u>47.157</u>		<u>58.348</u>	<u>60.053</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	2.000	2.000
Imobilizado	-	-	Reservas Legais	-	-
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(11.127)	(11.440)
			Resultado do Exercício	43	313
			Participações de não controladores	-	-
				<u>(9.083)</u>	<u>(9.127)</u>
Total do Ativo	49.655	51.315	Total do Passivo	49.655	51.315
				-	-
				0	0

Tuany Caroliny Costa
Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA/000498103099
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS, ou=000498103099, ou=TUANY CAROLINY COSTA/000498103099
Data: 2022.03.28 14:44:10 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:21875271821
1821
Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367855000104, ou=presencial, ou=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:19:12 -03'00'

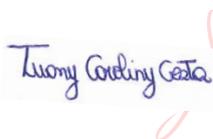
Robson Augusto Passos

Diretor

Engevix Sistemas de Defesa Ltda - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-
Lucro Bruto	-	-
Despesas Administrativas	-	(76)
Depreciação e Amortização	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro Operacional	-	(76)
Receitas Financeiras	43	460
Despesas Financeiras	-	(24)
Varição Cambial	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	43	436
Outras receitas e outras despesas	-	-
Resultado antes dos impostos	43	361
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(48)
Resultado do Exercício	43	313



Assinado de forma digital por TUANY
CAROLINY COSTA:08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP
-CERTIFICADOS, ou=25268422000173,
cn=TUANY CAROLINY COSTA:08876535969
Dados: 2022.02.28 14:43:17 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

**ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218752
71821**

Assinado de forma digital por ROBSON
AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=14367856000104, ou=presencial,
cn=ROBSON AUGUSTO
PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.01 13:20:14 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Passivo	Controladora	
	jan/22	dez/21		jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	141	140	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	-	-	Fornecedores	114	114
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	144	144
Tributos a Compensar	753	753	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	-	-	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>893</u>	<u>894</u>		<u>258</u>	<u>258</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	296.325	296.326	Partes Relacionadas	330.618	330.618
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	22.782	22.782
Depósitos Judiciais	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	127.514	127.514
Outros Recebíveis	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	148	148
			Parcelamento Tributos LP	49	49
	<u>296.325</u>	<u>296.326</u>	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
				<u>481.111</u>	<u>481.111</u>
Investimentos	212.820	212.820	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	560.000	560.000
Imobilizado	-	-	Reservas Legais	55.375	55.375
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(586.705)	(528.587)
	<u>212.820</u>	<u>212.820</u>	Resultado do Exercício	(1)	(58.117)
				<u>28.669</u>	<u>28.670</u>
Total do Ativo	510.038	510.039	Total do Passivo	510.038	510.039

 Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA0887633969
DN: cn=0887633969, o=Brasil, ou=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=ARJX/CFE/REG/COOS, ou=2504862200073, ou=TUANY CAROLINY COSTA0887633969
Date: 2022.03.01 13:58:32 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP


Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente


Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Controladora	
	jan/22	dez/21
Receita líquida operacional	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas administrativas	(0)	(338)
Depreciação e Amortização	-	-
Outras receitas e despesas Operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(58.111)
Lucro operacional	(0)	(58.449)
Receitas financeiras	-	619
Despesas financeiras	(0)	(173)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(0)	446
Outras receitas e outras despesas	(0)	-
Resultado antes dos impostos	(1)	(58.003)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Resultado do exercício	(1)	(58.117)



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA.0887633969
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil,
ou=RSF, ou=RSF e CPF, ou=RSF e CNPJ, ou=RSF e CESTRACAO,
ou=25268422000173, ou=TUANY CAROLINY COSTA.0887633969
Data: 2022.01.01 13:58:54 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP


Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente


Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	jan/22	dez/21		jan/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.450	742	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	12.284	3.322	Fornecedores	2.305	2.830
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	543	411
Adiantamento a Fornecedores	970	732	Obrigações Fiscais	807	830
Tributos a Compensar	17.843	18.152	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	(1.132)	59	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>31.414</u>	<u>23.006</u>		<u>3.654</u>	<u>4.072</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	-	-	Partes Relacionadas	407.815	408.326
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	115.553	115.553
Depósitos Judiciais	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	-	-
Outros Recebíveis	230.369	239.835	Outros Credores Diversos (PRJ)	668.997	668.997
			Parcelamento Tributos LP	1.365	1.369
	<u>230.369</u>	<u>239.835</u>	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
				<u>1.193.730</u>	<u>1.194.245</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	560.000	560.000
Imobilizado	962.030	962.030	Reservas Legais	55.375	55.375
Intangível			Prejuízos Acumulados	(586.705)	(528.587)
	<u>964.146</u>	<u>964.146</u>	Resultado do Exercício	(125)	(58.117)
				<u>28.544</u>	<u>28.670</u>
			Provisão para Contingência		
Total do Ativo	1.225.929	1.226.987	Total do Passivo	1.225.929	1.226.987

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA 08876155969
DNI, c=BR, e=CP, Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=FE-S-CF, AJ, ou=VALEI, ou=AR-SF-CERTIFICADOS, ou=9208822000173, ou=+TUANY CAROLINY COSTA 08876155969, Data: 2022.03.01 12:59:13 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
 Contadora
 CRC SC041736/O-8 S-SP


Lucas Clemente Guimarães de Diaz
 Diretor Presidente


Rodrigo da Cunha Contro
 Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 31 de janeiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	jan/22	dez/21
Receita bruta operacional	1.669	11.493
Serviços Cancelados	(130)	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	(66)	(868)
Custo das vendas e dos serviços prestados	(466)	(5.377)
Lucro bruto	1.007	4.330
Despesas administrativas	(1.008)	(13.212)
Depreciação e Amortização	-	(52.015)
Outras receitas e despesas Operacionais	(117)	857
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	(118)	(60.039)
Receitas financeiras	2	633
Despesas financeiras	(9)	(537)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(8)	96
Outras receitas e outras despesas	(0)	1.939
Resultado antes dos impostos	(124)	(58.002)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Resultado do Exercício	(124)	(58.116)



Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY
COSTA.08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil, ou=RSB, ou=RSB-e-CPF-A3, ou=VALID, ou=ARS-SP
CERTIFICADOS, ou=2526842000173, cn=+TUANY CAROLINY
COSTA.08876535969
Data: 2022.03.01 12:59:33 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP



Lucas Clémente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente



Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	fev/22	dez/21		fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.076	863	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	16.233	18.600	Fornecedores	7.052	6.008
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.237	903
Adiantamento a Fornecedores	3.019	3.311	Obrigações Fiscais	1.612	1.294
Tributos a Compensar	81.117	81.717	Adiantamento de Clientes	40.178	38.524
Outros Ativos	1.300	1.278	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	279	279
			Outros Passivos	1	-
	<u>104.745</u>	<u>105.769</u>		<u>50.359</u>	<u>47.008</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	16	16	Receitas Diferidas	64.501	68.290
Partes Relacionadas	76.295	80.104	Partes Relacionadas	-	-
Ativo Fiscal Diferido	48.330	48.330	Adiantamento de Clientes LP	33.323	33.323
Depósitos Judiciais	11.879	29.754	Provisão para Contingência	308.803	308.803
Outros Recebíveis	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
			Outros Credores Diversos (PRJ)	7.370.420	7.372.037
			Parcelamento Tributos LP	2.325	2.343
			Fornecedores LP	-	-
	<u>136.520</u>	<u>158.204</u>	Outros Passivos LP	523	523
				<u>7.779.896</u>	<u>7.785.319</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	20.000	20.000
Imobilizado	1.003.147	1.003.091	Reservas Legais	63.029	63.029
Intangível	267	267	Prejuízos Acumulados	(6.657.267)	(6.601.125)
			Resultado do Exercício	(8.695)	(44.257)
	<u>1.005.530</u>	<u>1.005.474</u>	Participações de não controladores	(527)	(527)
				<u>(6.583.460)</u>	<u>(6.562.880)</u>
Total do Ativo	1.246.795	1.269.447	Total do Passivo	1.246.795	1.269.447

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA 08816553969
COSTA08816553969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR-INFORMSIBANK, ou=VIDEOCONFERENCE, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 15:58:59 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
MELLO:12533952761
1
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR-INFORMSIBANK, ou=VIDEOCONFERENCE, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 15:58:59 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:35:16 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	fev/22	dez/21
Receita bruta operacional	3.700	11.509
Serviços Cancelados	(390)	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	(152)	(868)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.101)	(5.438)
Lucro Bruto	2.056	4.285
Despesas Administrativas	(14.820)	(45.615)
Depreciação e Amortização	-	(91.957)
Outras receitas e despesas operacionais	4.664	26.908
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro Operacional	(8.100)	(106.378)
Receitas Financeiras	6	673
Despesas Financeiras	(21)	(1.136)
Variação Cambial	(6)	(0)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(21)	(464)
Outras receitas e outras despesas	47	4.581
Resultado antes dos impostos	(8.075)	(102.260)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Minoritário	(155)	14.529
Resultado do Exercício	(8.230)	(87.845)

Tuany Carolyn Costa

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA0887633969
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=48 SP CERTIFICACAO, ou=25288422000173, cn=LUANY CAROLINY COSTA0887633969
Dados: 2022.03.30 11:38:06 -03'00'

Tuany Carolyn Costa

Contadora

CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952761

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=48 INFORMATICA, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:00:27 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello

Diretora

**ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218
75271821**

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:35:58 -03'00'

Robson Augusto Passos

Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Passivo	Controladora	
	fev/22	dez/21		fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	81	120	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	16.233	18.600	Fornecedores	3.160	3.382
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	522	491
Adiantamento a Fornecedores	2.257	2.579	Obrigações Fiscais	311	464
Tributos a Compensar	63.277	63.565	Adiantamento de Clientes	38.841	38.524
Outros Ativos	1.273	1.219	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	279	279
			Outros Passivos	1	-
	<u>83.121</u>	<u>86.083</u>		<u>43.113</u>	<u>43.140</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	16	16	Receitas Diferidas	64.501	68.290
Partes Relacionadas	483.526	488.430	Partes Relacionadas	-	-
Ativo Fiscal Diferido	48.330	48.330	Adiantamento de Clientes LP	33.323	33.323
Depósitos Judiciais	11.879	29.754	Provisão para Contingência	193.250	193.250
Outros Recebíveis	-	408	Provisão para Perda em Investimentos	1.583	1.583
			Outros Credores Diversos (PRJ)	6.943.192	6.944.290
			Parcelamento Tributos LP	974	974
			Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	523	523
	<u>543.752</u>	<u>566.939</u>		<u>7.237.345</u>	<u>7.242.232</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	20.000	20.000
Imobilizado	70.386	69.731	Reservas Legais	63.029	63.029
Intangível	267	267	Prejuízos Acumulados	(6.657.267)	(6.601.125)
			Resultado do Exercício	(8.695)	(44.257)
	<u>70.653</u>	<u>69.998</u>	Participações de não controladores	-	-
				<u>(6.582.932)</u>	<u>(6.562.352)</u>
Total do Ativo	697.526	723.020	Total do Passivo	697.526	723.020

 Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMANIK, ou=Videoconferencia, ou=16695061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:02:11 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952761
Assinado de forma digital por ANA CATHARINA
CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMANIK, ou=Videoconferencia, ou=16695061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:02:11 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

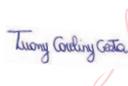
ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:21875
271821
Assinado de forma digital por ROBSON
AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM BRANCO, ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:36:54 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

Ecovix Construções Oceânicas S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

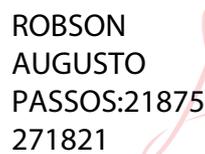
	Controladora	
	fev/22	dez/21
Receita bruta operacional	5	16
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(42)	(61)
Lucro Bruto	(36)	(44)
Despesas Administrativas	(12.513)	(33.872)
Depreciação e Amortização	-	(39.942)
Outras receitas e despesas operacionais	3.828	26.051
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro Operacional	(8.721)	(47.808)
Receitas Financeiras	(2)	39
Despesas Financeiras	(2)	(599)
Variação Cambial	(6)	(0)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(10)	(560)
Outras receitas e outras despesas	37	2.642
Resultado antes dos impostos	(8.695)	(45.727)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Resultado do Exercício	(8.695)	(45.727)


Assinado de forma digital por TUANY
CAROLINY COSTA 08876133952
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF
A3, ou=VALID, ou=AR SP CERTIFICADOS,
ou=252884200175, cn=TIANY CAROLINY
COSTA 08876133952
Dados: 2022.03.30 11:39:02 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP


Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM
DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR
INFORMBANK, ou=Videoconferencia,
ou=15659061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE
MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:05:31 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora


Assinado de forma digital por
ROBSON AUGUSTO
PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=14367856000104, ou=presencial,
cn=ROBSON AUGUSTO
PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:37:33 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG1 S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	fev/22	dez/21	Passivo	fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.602	351	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	9.747	3.322	Fornecedores	2.622	2.715
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	715	411
Adiantamento a Fornecedores	762	731	Obrigações Fiscais	1.127	685
Tributos a Compensar	7.272	7.584	Adiantamento de Clientes	1.337	-
Outros Ativos	2	44	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>20.385</u>	<u>12.031</u>		<u>5.800</u>	<u>3.811</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1.073	1.052	Partes Relacionadas	71.694	72.795
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	2.297	2.297
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	7.250	7.250
Outros Recebíveis	-	6.761	Parcelamento Tributos LP	1.111	1.120
			Fornecedores LP	-	-
	<u>1.073</u>	<u>7.813</u>	Outros Passivos LP	-	-
				<u>82.352</u>	<u>83.461</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	423.256	423.256
Imobilizado	274.970	274.950	Reservas Legais	7.037	-
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(222.772)	(187.677)
	<u>274.970</u>	<u>274.950</u>	Resultado do Exercício	754	(28.058)
				<u>208.275</u>	<u>207.521</u>
Total do Ativo	296.428	294.793	Total do Passivo	296.428	294.793


Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA/0876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SP, c=BRITANICO, ou=2526422000173, ou=ANNA CATHARINA DE MELLO/12533952761
Dados: 2022.03.30 11:38:12 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMABANK, ou=BRASILEIRANTELECOM, ou=16090001000175, ou=ANNA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 14:06:59 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, ou=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:38:12 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG1 S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

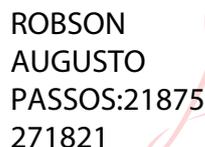
	fev/22	dez/21
Receita bruta operacional	3.694	11.493
Serviços Cancelados	- 390	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	- 152	(868)
Custo das vendas e dos serviços prestados	- 1.059	(5.377)
Lucro bruto	2.093	4.330
Despesas administrativas	(2.176)	(14.259)
Depreciação e Amortização	-	(18.860)
Outras receitas e despesas Operacionais	836	857
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	752	(27.932)
Receitas financeiras	7	14
Despesas financeiras	(15)	(317)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(8)	(303)
Outras receitas e outras despesas	10	177
Outras receitas e outras despesas	754	(28.058)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Lucro líquido do exercício	754	(28.058)


Assinado de forma digital por TUANY
CAROLINY COSTA/0876335969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=VALIDO, ou=RR-INFORMBANK,
ou=Videoconferencia,
ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA
CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:07:57 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP


Assinado de forma digital por ANA
CATHARINA CRAHIM DE
MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF A3, ou=VALIDO, ou=RR-INFORMBANK,
ou=Videoconferencia,
ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA
CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:07:57 -03'00'

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora


Assinado de forma digital por ROBSON
AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO),
ou=1436785600104, ou=presencial,
cn=ROBSON AUGUSTO
PASSOS:21875271821
Dados: 2022.03.30 12:39:02 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG2 S.A.- Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	fev/22	dez/21	Passivo	fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	250	250	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	-	-	Fornecedores	99	2
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	30	1
Tributos a Compensar	9.815	9.815	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	25	15	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>10.090</u>	<u>10.081</u>		<u>129</u>	<u>3</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1	1	Partes Relacionadas	303.211	303.201
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	90.474	90.474
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	661.188	661.188
Outros Recebíveis	230.369	230.369	Parcelamento Tributos LP	179	179
			Fornecedores LP	-	-
	<u>230.369</u>	<u>230.369</u>	Outros Passivos LP	-	-
				<u>1.055.052</u>	<u>1.055.041</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	-	-	Capital Social	160.942	160.942
Imobilizado	687.080	687.080	Reservas Legais	33.824	33.824
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	(322.279)	(292.254)
	<u>687.080</u>	<u>687.080</u>	Resultado do Exercício	(128)	(30.025)
				<u>(127.642)</u>	<u>(127.514)</u>
Total do Ativo	927.539	927.530	Total do Passivo	927.539	927.530

 Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY CRAHIM DE MELLO:12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-INFORMBANK, ou=Videoconferencia, ou=16696061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO:12533952761
Dados: 2022.03.30 16:09:34 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:125339527
61

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:218752
71821

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG2 S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	fev/22	dez/21
Receita bruta operacional	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas administrativas	(128)	1.411
Depreciação e Amortização	-	(33.155)
Outras receitas e despesas Operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	(128)	(31.744)
Receitas financeiras	1	1
Despesas financeiras	- 1	(45)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	0	(44)
Outras receitas e outras despesas	(0)	1.763
Resultado antes dos impostos	(128)	(30.025)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-
Lucro líquido do exercício	(128)	(30.025)

 Autenticado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA 4889523949
CPF e-CPF Brasil, ou=Secretaria do Branca Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMABANK, ou=Videoconferencia, ou=16699061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO12533952761
Data: 2022.03.30 16:11:11 -03'00'

Tuany Carolyn Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP

Assinado de forma digital por ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO12533952761
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR INFORMABANK, ou=Videoconferencia, ou=16699061000175, cn=ANA CATHARINA CRAHIM DE MELLO12533952761
Data: 2022.03.30 16:11:11 -03'00'

ANA CATHARINA
CRAHIM DE
MELLO:12533952761

Ana Catharina Crahim de Mello
Diretora

**ROBSON
AUGUSTO
PASSOS:2187
5271821**

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
Data: 2022.03.30 12:40:31 -03'00'

Robson Augusto Passos
Diretor

RG ESTALEIROS ERG3 S.A.- Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	fev/22	dez/21	Passivo	fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	2.706	-	Fornecedores	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	-	-
Tributos a Compensar	-	-	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	-	-	Receitas Diferidas	-	-
	<u>2.707</u>	<u>1</u>	Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
				<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	1.421	1.421	Partes Relacionadas	523	513
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	411	411
Outros Recebíveis	-	2.706	Parcelamento Tributos LP	14	21
	<u>1.421</u>	<u>4.127</u>	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
				<u>949</u>	<u>946</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	757	757
Imobilizado	-	-	Reservas Legais	597	597
Intangível	-	-	Prejuízos Acumulados	3.944	3.972
	<u>2.116</u>	<u>2.116</u>	Resultado do Exercício	(3)	(28)
				<u>5.295</u>	<u>5.298</u>
Total do Ativo	6.244	6.244	Total do Passivo	6.244	6.244

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA.08876535969

DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB-e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR-SP CERTIFICADOS, ou=3398622001171, cn=TUANY CAROLINY COSTA.08876535969
 Dados: 2022.03.30 11:42:09 -03'00'

Tuany Caroliny Costa

Contadora

CRC SC041736/O-8 S-SP

ANA CATHARINA

CRAHIM DE

MELLO:12533952761

Ana Catharina Crahim de Mello

Diretora

ROBSON
 AUGUSTO
 PASSOS:2187527
 1821

Assinado de forma digital por ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB-e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=14367856000104, ou=presencial, cn=ROBSON AUGUSTO PASSOS:21875271821
 Dados: 2022.03.30 12:41:21 -03'00'

Robson Augusto Passos

Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Passivo	Controladora	
	fev/22	dez/21		fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	140	140	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	-	-	Fornecedores	114	114
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	0	Obrigações Fiscais	144	144
Tributos a Compensar	753	753	Adiantamento de Clientes	-	-
Outros Ativos	-	-	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
	893	894	Outros Passivos	-	-
				258	258
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	296.320	296.326	Partes Relacionadas	330.618	330.618
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	22.782	22.782
Depósitos Judiciais	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	127.514	127.514
Outros Recebíveis	-	-	Outros Credores Diversos (PRJ)	148	148
			Parcelamento Tributos LP	47	49
	296.320	296.326	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
Investimentos	212.820	212.820		481.109	481.111
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Líquido		
Imobilizado	-	-	Capital Social	560.000	560.000
Intangível	-	-	Reservas Legais	55.375	55.375
	212.820	212.820	Prejuízos Acumulados	(586.705)	(528.587)
			Resultado do Exercício	(4)	(58.117)
				28.666	28.670
Total do Ativo	510.033	510.039	Total do Passivo	510.033	510.039

Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA.08876535969
DRE: e-SIC, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF: A3, ou=VALID, ou=ARSP
CERTIFICADO, ou=23086822000173, ou= TUANY CAROLINY COSTA.08876535969
Dados: 2022.03.31 10:50:04 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP



Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente



Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Controladora	
	fev/22	dez/21
Receita líquida operacional	-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas administrativas	(0)	(338)
Depreciação e Amortização	-	-
Outras receitas e despesas Operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(58.111)
Lucro operacional	(0)	(58.449)
Receitas financeiras	-	619
Despesas financeiras	(3)	(173)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(3)	446
Outras receitas e outras despesas	-	-
Resultado antes dos impostos	(4)	(58.003)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Resultado do exercício	(4)	(58.117)


Assinado de forma digital por TUANY
CAROLINY COSTA-08876535969
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR
SP CERTIFICADOS,
ou=25268422000173, cn=+TUANY
CAROLINY COSTA-08876535969
Dados: 2022.03.31 10:50:27 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP



Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente



Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	fev/22	dez/21		fev/22	dez/21
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.993	742	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Contas a Receber	12.453	3.322	Fornecedores	2.835	2.830
Estoques	-	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	715	411
Adiantamento a Fornecedores	762	732	Obrigações Fiscais	1.301	830
Tributos a Compensar	17.840	18.152	Adiantamento de Clientes	1.337	-
Outros Ativos	27	59	Receitas Diferidas	-	-
			Parcelamento Tributos	-	-
			Outros Passivos	-	-
	<u>34.075</u>	<u>23.006</u>		<u>6.188</u>	<u>4.072</u>
Ativo não Circulante			Passivo não Circulante		
Banco Conta Vinculada	-	-	Empréstimos e Financiamentos	-	-
Aplicação Financeira Restrita	-	-	Receitas Diferidas	-	-
Partes Relacionadas	-	-	Partes Relacionadas	407.232	408.326
Ativo Fiscal Diferido	-	-	Provisão para Contingência	115.553	115.553
Depósitos Judiciais	-	-	Provisão para Perda em Investimentos	-	-
Outros Recebíveis	230.369	239.835	Outros Credores Diversos (PRJ)	668.997	668.997
			Parcelamento Tributos LP	1.351	1.369
	<u>230.369</u>	<u>239.835</u>	Fornecedores LP	-	-
			Outros Passivos LP	-	-
				<u>1.193.133</u>	<u>1.194.245</u>
Investimentos	-	-	Patrimônio Líquido		
Propriedades para Investimento	2.116	2.116	Capital Social	560.000	560.000
Imobilizado	962.050	962.030	Reservas Legais	55.375	55.375
Intangível			Prejuízos Acumulados	(586.705)	(528.587)
	<u>964.167</u>	<u>964.146</u>	Resultado do Exercício	620	(58.117)
				<u>29.290</u>	<u>28.670</u>
			Provisão para Contingência		
Total do Ativo	1.228.610	1.226.987	Total do Passivo	1.228.610	1.226.987



Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP



Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente



Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RG ESTALEIROS S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações de resultados em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021.
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	fev/22	dez/21
Receita bruta operacional	3.694	11.493
Serviços Cancelados	(390)	(918)
Impostos Incidentes sobre Receita	(152)	(868)
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.059)	(5.377)
Lucro bruto	2.093	4.330
Despesas administrativas	(2.307)	(13.212)
Depreciação e Amortização	-	(52.015)
Outras receitas e despesas Operacionais	836	857
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Lucro operacional	621	(60.039)
Receitas financeiras	8	633
Despesas financeiras	(19)	(537)
Variação Cambial	-	-
Receita (despesas) financeiras líquidas	(11)	96
Outras receitas e outras despesas	10	1.939
Resultado antes dos impostos	621	(58.002)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	(114)
Resultado do Exercício	621	(58.116)


Assinado de forma digital por TUANY CAROLINY COSTA.08876335969
DN: c=BR, ou=CP, Brazil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=RS-SP CERTIFICADOS, ou=25208422000173, ou=+TUANY CAROLINY COSTA.08876335969
Dados: 2022.03.31 10:51:15 -03'00'

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC041736/O-8 S-SP


Lucas Clemente Guimarães de Diaz
Diretor Presidente


Rodrigo da Cunha Contro
Diretor

RESUMO SERVIÇOS TOP OFF REALIZADOS

(Posição em 28/02/2022)

Nº	CLIENTE	NAVIO	TIPO CARGA	MÊS/ANO	PESO LIQUIDO (KG)	PERÍODO	VALOR SERVIÇO	STATUS
1	SAGRES	MV HUANGHAI GLORY	TORAS DE MADEIRA	jul/19	3.028.290	26/07/19 à 27/07/19	R\$ 23.469,25	FATURADO
2	SAGRES	MV CHIPOL TAIHU	TORAS DE MADEIRA	ago/19	5.818.860	22/08/19 à 23/08/19	R\$ 45.096,17	FATURADO
3	SAGRES	MV LOVELY KLARA	TORAS DE MADEIRA	set/19	2.776.380	13/09/19 à 14/09/19	R\$ 21.516,95	FATURADO
4	SAGRES	MV MOUNT ADAMS	TORAS DE MADEIRA	out/19	3.324.670	18/10/19 à 19/10/19	R\$ 25.766,19	FATURADO
5	SAGRES	MV TAIKOO BRILLIANCE	TORAS DE MADEIRA	out/19	8.138.520	29/10/19 à 31/10/19	R\$ 63.073,53	FATURADO
6	SAGRES	MV EVER BRILLIANT	TORAS DE MADEIRA	dez/19	3.419.150	18/12/19 à 19/12/19	R\$ 26.498,41	FATURADO
7	SAGRES	MV YU PENG	TORAS DE MADEIRA	fev/20	4.377.360	01/02/20 à 04/02/20	R\$ 33.924,54	FATURADO
8	SAGRES	MV BADER III	GADO	mar/20	5.264.480	29/03/20 à 31/03/20	R\$ 63.486,55	FATURADO
9	SAGRES	MV AFRICAN JAY	TORAS DE MADEIRA	abr/20	4.801.690	03/04/20 à 05/04/20	R\$ 37.213,10	FATURADO
10	SAGRES	MV AUSTRALIAN BULKER	TORAS DE MADEIRA	mai/20	5.520.790	22/05/20 à 23/05/20	R\$ 42.798,87	FATURADO
11	SAGRES	MV JUST FITZ III	TORAS DE MADEIRA	mai/20	4.218.470	07/05/20 à 08/05/20	R\$ 32.693,14	FATURADO
12	AGM	MV YU PENG	TORAS DE MADEIRA	43983	11.048.000	22/06/20 à 25/06/20	R\$ 185.480,00	FATURADO
13	SAGRES	MV SILVER LAKE	TORAS DE MADEIRA	44013	5.013.778	06/07/20 à 08/07/20	R\$ 38.856,78	FATURADO
14	CTIL	MV CHIPOL CHANGJIANG	TORAS DE MADEIRA	44044	12.349.000	26/08/20 à 29/08/20	R\$ 198.490,00	FATURADO
15	CTIL	MV CHIPOL GUANGAN	TORAS DE MADEIRA	44044	3.815.700	04/08/20 à 05/08/20	R\$ 100.000,00	FATURADO
16	SAGRES	MV SINGAPORE SPIRIT	TORAS DE MADEIRA	44044	6.656.422	18/08/20 à 19/08/20	R\$ 51.587,27	FATURADO
17	CTIL	MV HUANGHAI PIONEER	TORAS DE MADEIRA	44075	3.490.867	15/09/20 à 16/09/20	R\$ 100.000,00	FATURADO
18	CTIL	MV SEA ARIES	TORAS DE MADEIRA	44075	4.987.000	25/09/20 à 26/09/20	R\$ 100.000,00	FATURADO
19	SAGRES	MV CHIPOL DONGHAI	TORAS DE MADEIRA	44075	4.936.665	20/09/20 à 22/09/20	R\$ 38.259,15	FATURADO
20	SAGRES	MV NADA (SAGRES/VANZIN)	GADO	set/20	6.926.644	10/09/20 à 14/09/20	R\$ 64.787,78	FATURADO
21	CTIL	MV SINLAU BULKER	TORAS DE MADEIRA	out/20	6.988.900	14/10/20 à 16/10/20	R\$ 129.833,50	FATURADO
22	SAGRES	MV ID PIONNER	TORAS DE MADEIRA	out/20	6.813.510	14/10/20 à 17/10/20	R\$ 127.202,65	FATURADO
23	AGM	MV MV XINYIHAI 55	TORAS DE MADEIRA	nov/20	3.910.239	08/11/20 à 10/11/20	R\$ 100.000,00	FATURADO
24	SAGRES	MV BUNUN JUSTICE	TORAS DE MADEIRA	nov/20	7.291.663	01/11/20 à 04/11/20	R\$ 134.374,95	FATURADO
25	AGM	MV GREAT CENTURY	TORAS DE MADEIRA	dez/20	2.957.066	03/12/20 à 05/12/20	R\$ 100.000,00	FATURADO
26	SAGRES	MV BERGE PHAN XI PANG	TORAS DE MADEIRA	dez/20	10.279.677	20/12/20 à 24/12/20	R\$ 177.796,77	FATURADO
27	CTIL	MV CHITRAL	TORAS DE MADEIRA	jan/21	11.991.615	22/01/21 à 24/01/21	R\$ 194.916,15	FATURADO
28	SAGRES	MV DU NA CHENG	TORAS DE MADEIRA	jan/21	3.958.125	14/01/21 à 15/01/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
29	SAGRES	MV REMY ENTERPRISE	TORAS DE MADEIRA	jan/21	4.354.345	29/01/21 à 30/01/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
30	CTIL	MV AFRICAN MERLIN	TORAS DE MADEIRA	fev/21	3.392.671	26/02/21 à 27/02/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
31	CTIL	MV ISLAND BAY	TORAS DE MADEIRA	fev/21	6.528.198	11/02/21 à 12/02/21	R\$ 122.922,97	FATURADO
32	CTIL	MV ILLOVO RIVER	TORAS DE MADEIRA	mar/21	6.161.660	29/03/21 à 30/03/21	R\$ 117.424,90	FATURADO
33	SAGRES	MV ANANYA NAREE	TORAS DE MADEIRA	mar/21	5.282.097	01/04/21 à 04/04/21	R\$ 104.231,46	FATURADO
34	SAGRES	MV CLIPPER ALEXANDRIA	TORAS DE MADEIRA	mar/21	4.282.913	25/03/21 à 27/03/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
35	AGM	MV XING YI HAI	TORAS DE MADEIRA	abr/21	6.370.109	21/04/21 à 24/04/21	R\$ 120.551,64	FATURADO
36	CTIL	MV SANTIAGO BASIN	TORAS DE MADEIRA	abr/21	4.998.187	17/04/21 à 18/04/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
37	SAGRES	MV CHIPOL DONGHAI	TORAS DE MADEIRA	abr/21	6.686.667	09/04/21 à 11/04/21	R\$ 125.300,01	FATURADO
38	AGM	MV DAIWAN ELEGANCE	TORAS DE MADEIRA	mai/21	2.798.300	23/05/21 à 26/05/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
39	AGM	MV TS JASMINE	TORAS DE MADEIRA	mai/21	2.549.692	05/06/21 à 06/06/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
40	CTIL	MV AFRICAN KESTREL	TORAS DE MADEIRA	mai/21	26.002.600	28/04/21 à 08/05/21	R\$ 280.013,00	FATURADO
41	CTIL	MV BUNUN KALON	TORAS DE MADEIRA	mai/21	11.206.037	01/06/21 à 04/06/21	R\$ 187.060,37	FATURADO
42	CTIL	MV LANNA NAREE	TORAS DE MADEIRA	mai/21	10.172.100	18/05/21 à 22/05/21	R\$ 176.721,00	FATURADO
43	CTIL	MV MC QUEEN	CAVACO	mai/21	8.813.711	13/05/21 à 18/05/21	R\$ 257.765,67	FATURADO
44	SAGRES	MV ARISTON BULKER	TORAS DE MADEIRA	mai/21	10.011.863	25/05/21 à 28/05/21	R\$ 175.118,63	FATURADO
45	SAGRES	MV GLENPARK	TORAS DE MADEIRA	mai/21	8.400.089	19/05/21 à 22/05/21	R\$ 151.001,34	FATURADO
46	SAGRES	MV UNI BLOSSOM	TORAS DE MADEIRA	mai/21	7.993.718	04/05/21 à 07/05/21	R\$ 144.905,77	FATURADO
47	CTIL	MV INCHEON BAY	TORAS DE MADEIRA	jun/21	20.858.151	18/06/21 à 23/06/21	R\$ 254.290,76	FATURADO
48	SAGRES	MV IRIS HARMONY	TORAS DE MADEIRA	jun/21	4.888.440	25/06/21 à 26/06/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
49	AGM	MV NING AN CHENG	TORAS DE MADEIRA	jun/21	6.893.013	12/07/21 à 14/07/21	R\$ 128.395,20	FATURADO
50	CTIL	MV BUNUN LEADER	TORAS DE MADEIRA	jun/21	7.747.580	08/07/21 à 07/07/21	R\$ 141.213,70	FATURADO
51	CTIL	MV ISABELA ISLAND	TORAS DE MADEIRA	jun/21	16.098.120	30/07/21 à 05/08/21	R\$ 230.490,60	FATURADO
52	CTIL	MV JERSEY SPIRIT	TORAS DE MADEIRA	jun/21	8.797.472	20/07/21 à 22/07/21	R\$ 156.962,08	FATURADO
53	SAGRES	MV DU AN CHENG	TORAS DE MADEIRA	jun/21	5.449.028	17/07/21 à 18/07/21	R\$ 106.735,42	FATURADO
54	SAGRES	MV SEA HAWK	TORAS DE MADEIRA	jun/21	12.536.100	04/07/21 à 07/07/21	R\$ 200.361,00	FATURADO
68	CTIL	MV ISABELA ISLAND	TORAS DE MADEIRA	08/2021	16.098.120	30/07/21 à 05/08/21	R\$ 230.490,60	FATURADO
55	LIVENPORT	MV LOLO GATE	FERTILIZANTES	set/21	1.353.000	14/09/21 à 15/09/21	R\$ 130.000,00	FATURADO
56	SAGRES	MV ANDREA ENTERPRISE	TORAS DE MADEIRA	set/21	4.047.004	23/09/21 à 24/09/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
57	VANZIN	MV GREAT FORTUNE	FERTILIZANTES	set/21	16.822.143	17/09/21 à 23/09/21	R\$ 304.343,93	FATURADO
58	SAGRES	MV CHIPOL CHANGJIANG	TORAS DE MADEIRA	out/21	4.742.199	20/10/21 à 23/10/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
59	SAGRES	MV KAI XUAN	CELULOSE	10/2021	8.577.202	28/10/21 à 30/10/21	R\$ 199.755,44	FATURADO
60	SAGRES	MV ST GREGORY	TORAS DE MADEIRA	10/2021	3.837.077	29/10/21 à 31/10/21	R\$ 100.000,00	FATURADO
61	VANZIN	KM VANCOUVER	FERTILIZANTES	10/2021	16.257.239	23/10/21 à 28/10/21	R\$ 300.672,05	FATURADO
62	SAGRES	MV STAR KILIMANJARO	CELULOSE	11/2021	8.406.200	22/11/21 à 26/11/21	R\$ 196.420,90	FATURADO
63	VANZIN	MV TOMINI ENTITY	FERTILIZANTES	11/2021	15.665.897	08/11/21 à 12/11/21	R\$ 296.828,33	FATURADO
64	CTIL	MV DARLING RIVER	TORAS DE MADEIRA	12/2021	11.623.347	01/12/21 à 04/12/21	R\$ 191.233,47	FATURADO
65	CTIL	MV GLORIOUS LOTUS	CAVACO	12/2021	10.484.500	15/12/21 à 21/12/21	R\$ 288.747,25	FATURADO
66	SAGRES	MV CANELO ARROW	CELULOSE	12/2021	13.804.400	01/12/21 à 06/12/21	R\$ 276.957,20	FATURADO
67	SAGRES	MV CS FAITH	CELULOSE	12/2021	12.767.450	20/12/21 à 26/12/21	R\$ 263.476,85	FATURADO
68	SAGRES	MV SISKIN ARROW	CELULOSE	01/2022	18.979.755	30/12/21 à 07/01/22	R\$ 318.368,41	FATURADO
69	CTIL	MV EARTH HARMONY	TORAS DE MADEIRA	01/2022	10.921.531	22/01/22 à 25/01/22	R\$ 184.215,31	FATURADO
70	SAGRES	MV QUETZAL ARROW	CELULOSE	01/2022	23.136.296	23/01/22 à 31/01/22	R\$ 345.385,92	FATURADO
71	VANZIN	IVS NORTH BERWICK	FERTILIZANTES	01/2022	13.130.950	16/01/22 à 18/01/22	R\$ 268.202,35	FATURADO
72	AGM	MV ASIAN BULKER	TORAS DE MADEIRA	02/2022	5.838.732	02/02/22 à 06/02/22	R\$ 112.580,98	FATURADO
73	SAGRES	MV CIELO DI MONACO	CELULOSE	02/2022	8.390.790	10/02/22 à 13/02/22	R\$ 196.120,41	FATURADO
74	SAGRES	MV SAGA NAVIGATOR	CELULOSE	02/2022	11.795.871	08/02/22 à 09/02/22	R\$ 250.846,32	FATURADO
75	SAGRES	MV SPICA HARMONY	TORAS DE MADEIRA	02/2022	5.535.900	02/02/22 à 05/02/22	R\$ 108.038,50	FATURADO
TOTAL					625.591.995		R\$ 11.001.271,41	